1 **TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**
2 **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo - ZEE-SP**
3

4 **00:00:24 Anselmo Guimarães (Secretário Executivo CONSEMA):** Muito boa tarde a todos e a
5 todas. Vou pedir licença para retirar a máscara para fazer a condução dos trabalhos. Gostaria de me
6 apresentar, sou Anselmo Guimarães, Secretário Executivo do CONSEMA (Conselho Estadual do
7 Meio Ambiente). E aqui à mesa, declaro abertos, então, os trabalhos da presente Audiência Pública
8 que vai versar sobre o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de São Paulo, de
9 responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Infraestrutura e
10 Meio Ambiente. Gostaria de agradecer pela presença de toda a população, sociedade civil, de
11 consultores, professores, membros de órgãos públicos que nos acompanham, tanto aqui
12 presencialmente, obrigado pela presença, e também pelas nossas plataformas de videoconferência,
13 pela plataforma *Teams* e também pelo *YouTube*. Os presentes trabalhos estão sendo transmitidos
14 online também, para acessar, só precisa entrar na página do CONSEMA, é
15 www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/consema, lá faz um cadastro simples e vai ser
16 transferido para as plataformas virtuais, ou aquele que preferir, pode participar aqui,
17 presencialmente, na sede da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, na sala do CONSEMA,
18 na Avenida Professor Frederico Hermann Júnior, número 345, no Alto de Pinheiros. Gostaria aqui
19 de cumprimentar e agradecer a participação e presença do promotor Rodrigo Sanches Garcia, que
20 representa aqui o Ministério Público do Estado de São Paulo, muito obrigado pela presença; do
21 conselheiro do CONSEMA Carlos Sanseverino, representantes da OAB (Ordem dos Advogados do
22 Brasil); a conselheira Cristina Azevedo, a Kitty, representante da CPLA (Coordenadoria de
23 Planejamento Ambiental), no CONSEMA; o secretário de Meio Ambiente de Guarulhos, doutor
24 Guilherme Bagatini, obrigado pela participação; também o promotor Ivan Carneiro Castanheiro, do
25 Ministério Público do Estado de São Paulo; a conselheira Violeta Kubrusly, que é do Conselho de
26 Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo, obrigado pela participação; também está aqui o
27 secretário do município de São José dos Campos, Marcelo Manara, obrigado pela participação e
28 inscrição. Também gostaria de dizer que a presente Audiência, até pelo modelo virtual, possibilita
29 que tenha um alcance muito maior. Temos pessoas aqui que vão participar, estão nos
30 acompanhando, de todo o Estado de São Paulo, inclusive de outros Estados. Queria cumprimentar,
31 em especial, o pessoal do município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, pela
32 participação, muito obrigado. Gostaria aqui de cumprimentar de uma maneira especial, solicitar
33 então que faça a sua saudação inicial, o doutor José Amaral Wagner Neto, ele que é o Secretário
34 Executivo da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, está aqui conosco, muito obrigado,
35 senhor secretário, pela participação.

36
37 **00:03:32 José Amaral Wagner Neto (Secretário Executivo SIMA):** Boa tarde a todos. Anselmo,
38 Gil, Kitty. O Secretário Fernando Chucre teve uma chamada inesperada para uma reunião e estou
39 aqui representando a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Queria saudar a todos aqueles
40 que, durante esses vários anos, eu acredito que foram vários anos, de construção desse marco de
41 Zoneamento Ecológico Econômico, através de um processo participativo, intenso, envolvendo, não
42 só os órgãos públicos, várias secretarias, como também todos os setores econômicos do Estado de

43 São Paulo, entidades, associações, representações de classe, e eu acredito que nós estamos
44 caminhando para as etapas finais desse processo, com a Audiência Pública, que ainda é mais uma
45 etapa onde se espera uma participação e contribuição de todos os setores envolvidos, e que tenham
46 interesse e ideias para contribuir para o aprimoramento deste documento, lembrando que esse
47 Zoneamento Ecológico Econômico, da forma como ele foi construído, concebido, ele chega num
48 momento muito importante da vida de São Paulo, do Brasil e do mundo, onde cada vez mais nós
49 somos instados a pensar com maior inteligência, e com maior visão estratégica dos territórios que
50 vão sustentar o desenvolvimento sustentável daqui para frente. Nós estamos, todos nós temos
51 consciência, que nós estamos num ponto de inflexão, e que os mecanismos, as maneiras anteriores
52 de encarar a questão do desenvolvimento e da conservação ambiental necessitam ser superadas para
53 que a gente possa atingir e encaminhar esses grandes desafios no sentido de ter um desenvolvimento
54 efetivamente sustentável, porque não nos resta um plano B, ou nós temos esse desenvolvimento
55 sustentável ou não teremos desenvolvimento, e no limite estaremos colocando em risco a nossa
56 própria existência. Eu acredito que esse instrumento de planejamento territorial, ele foi construído
57 com uma nova inteligência de planejamento, eu acho que ele olha o território não mais com uma
58 visão de comando e controle, mas com uma visão de indução do desenvolvimento sustentável,
59 ressaltando as qualidades e as fragilidades que cada parcela do território do Estado de São Paulo
60 possui, e, eu acredito, Gil, que isso foi feito, pelo tempo que se gastou e pelo esforço que vocês
61 dedicaram, de uma maneira a mais consensuada possível, e eu acho que esse também é um novo
62 paradigma, eu acho que é essa a nova forma de fazer política pública especialmente nessa área nossa
63 de meio ambiente, de desenvolvimento econômico sustentável, porque todos estamos diante de um
64 mesmo desafio e eu, pelo que eu vi do documento que está sendo colocado em consulta pública
65 hoje, eu acho que nós demos um passo importantíssimo e espero que essa Audiência seja mais uma
66 etapa de contribuições e de aprimoramento desse importante instrumento de planificação ambiental
67 e de desenvolvimento econômico e social do nosso Estado. Eu acho que ele vai ser uma ferramenta
68 muito importante, não só para o setor público, responsável pela formulação e proposição de políticas
69 públicas daqui para frente, mas também vai ser uma ferramenta de orientação dos atores privados
70 com relação às potencialidades que nós temos para desenvolver no melhor sentido do
71 desenvolvimento, que é o que está colocado para todos nós, setor público, iniciativa privada,
72 sociedade civil. Estamos todos no mesmo barco, e eu acho que nós temos um bom mapa para nos
73 orientar daqui para frente. Queria, mais uma vez, cumprimentar a todos e desejar que essa Audiência
74 Pública seja mais um espaço de colaboração e de debate para o aprimoramento do nosso
75 Zoneamento Ecológico. Muito obrigado.

76
77 **00:09:48 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Essas foram as palavras do Secretário Executivo
78 de Infraestrutura e Meio Ambiente, José Amaral Wagner Neto, muito obrigado pela participação
79 nessa abertura dos trabalhos. Vamos passar, então, gostaria de falar neste momento inicial, já feita,
80 então, as saudações iniciais, nós vamos passar então ao Regramento estabelecido para a realização
81 das Audiências Públicas do CONSEMA. Então, os presentes trabalhos hoje irão versar, como já
82 informado, sobre o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de São Paulo, de responsabilidade
83 da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, também da Coordenadoria de Planejamento
84 Ambiental. Aqueles que estão no ambiente de videoconferência, recomendamos utilizar o fone de

85 ouvido e manter o microfone fechado e abrir quando for chamado para fazer uso da palavra. Nós
86 temos a listagem dos inscritos, nós vamos chamando de acordo com a ordem de inscrição, de acordo
87 com o segmento que representa. Então, repetindo, a transmissão ao vivo é feita pelo site do
88 CONSEMA, no endereço www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/consema, lá, o interessado,
89 ele vai acessar esse banner, fazer um cadastro simples e poder optar por ou participar de maneira
90 virtual, ou assistir via *YouTube*. Aqueles interessados presencialmente podem se dirigir aqui à
91 recepção do recinto. Então, a mesa diretora, como já falado, estamos aqui com o nosso Secretário
92 Executivo, eu, Anselmo Guimarães, Secretário Executivo do CONSEMA, está aqui conosco
93 também o Coordenador de Planejamento Ambiental, Gil Scatena, que representando a
94 Coordenadoria, que vai fazer então a exposição aqui dos trabalhos, e também conosco, está aqui a
95 conselheira Maria Cristina do Amaral Azevedo, a Kitty, também representante da CPLA no
96 CONSEMA. Vou falar um pouco do que é o CONSEMA, o Conselho Estadual do Meio Ambiente
97 do Estado de São Paulo, ele é o máximo órgão consultivo, normativo e recursal do Sistema
98 Ambiental Paulista, cujas atribuições estão previstas na própria Constituição do Estado de São
99 Paulo. Tem como principais atribuições estabelecer normas relativas, avaliação, recuperação e
100 qualidade ambiental, avaliação de políticas públicas de relevante interesse, impacto para todo o
101 Estado, apreciação de estudos de impacto ambiental e manifestação sobre instituição de Unidades
102 de Conservação, Zoneamentos e Planos de Manejo, além da atribuição de condução de Audiências
103 Públicas para assuntos de interesse de âmbito estadual. As Audiências Públicas do CONSEMA,
104 elas possuem regramento estabelecido em Lei Estadual 13.507/2009, e respectivo regulamento,
105 entre eles, a deliberação normativa CONSEMA 01/2011, a qual passaremos aqui a falar mais
106 detalhadamente sobre o rito para a convocação e realização das Audiências Públicas. Elas tem como
107 definição e objetivos serem eventos abertos, públicos, onde são garantidas a participação de todos
108 os interessados, onde são apresentados os aspectos ambientais da proposta ou do projeto a todos, e
109 também tem como objetivo dirimir dúvidas e conhecer a opinião pública, recolhendo contribuições,
110 críticas e sugestões, principalmente sobre assuntos relacionados à Licenciamento Ambiental
111 sujeitos a Eia-Rima, criação ou alteração de Unidades de Conservação, Zoneamento Ecológico
112 Econômico, que justamente é o objeto de debate aqui hoje, e outras questões de interesse ambiental,
113 sempre na forma da Lei. O edital de convocação, a primeira publicação é feita no Diário Oficial do
114 Estado, fica também inserida no site do CONSEMA, e depois também difundido na grande mídia,
115 também inserções de rádio e também em jornal na mídia impressa. Eu, como Secretário Executivo
116 do CONSEMA, eu tenho a função regimental de conduzir os trabalhos de forma neutra e garantir a
117 fala dos interessados de modo democrático e organizado. A inscrição para a manifestação é nesse
118 site que está colocado na tela, que já falamos. Aqueles que optarem por fazer uso da palavra, vão
119 para a plataforma *Microsoft Teams*, e as inscrições se encerram às 18 horas, ou seja, 60 minutos
120 após o início dos trabalhos. Aqueles que quiserem encaminhar contribuições por escrito podem
121 fazê-lo em um prazo de até 5 dias úteis. Pode ser para o e-mail do CONSEMA ou do ZEE, que a
122 gente vai falar no final aqui dessa apresentação. Então, serão feitas as falas das manifestações no
123 intervalo de tempo e na ordem de inscrição, de acordo com o regramento do CONSEMA. Cada
124 interessado tem direito a uma manifestação, representantes de entidades não-governamentais, da
125 sociedade civil ou de órgãos públicos precisam necessariamente apresentar os mandatos de
126 representatividade. Os trabalhos ficaram registrados tanto digitalmente quanto por escrito em áudio

127 e vídeo, e, além da presente transmissão ao vivo dos trabalhos, além dos registros por escrito, que
128 conterão data, hora e local e a síntese da fala dos participantes. O CONSEMA determinou que para
129 a realização do presente evento são separadas 3 partes: a primeira parte são as apresentações do
130 estudo, então, tem um tempo de 15 minutos para apresentação da proposta e 30 minutos para a
131 apresentação do Estudo Técnico. No momento aqui vai ser conjugado, vai ter até 45 minutos, então
132 para a exposição pelo representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental. Na sequência,
133 a segunda parte, que é a parte central da Audiência Pública, onde está garantida e prevista a
134 participação dos representantes do plenário, tanto presencial quanto virtual, inicia-se por um do
135 Ministério Público, cada um por 5 minutos. Na sequência, representantes de entidades da sociedade
136 civil, cada um também por 5 minutos. Depois, o segmento das pessoas físicas, ou seja, cidadãos ou
137 cidadãos que não estão falando por nenhuma entidade, cada um 3 minutos. Na sequência,
138 representantes de órgãos ou entidades públicas, depois membros de conselhos de meio ambiente,
139 estadual ou municipais. E finaliza-se com a palavra dos parlamentares e representantes do Poder
140 Executivo, cada um por 5 minutos. Caso algum parlamentar ou dirigente do Poder Executivo
141 precisar se ausentar por algum motivo de força maior, pode informar também a organização do
142 evento que a gente pode antecipar também uso da palavra para qualquer uma dessas previsões de
143 segmento aqui que nós falamos agora. E teremos a terceira parte, que são as respostas ou
144 comentários, então são 15 minutos conjugados com mais 15 minutos para os representantes que
145 estão aqui colocando o estudo técnico, então são 30 minutos para essas respostas gerais e
146 comentários daquilo que foi aqui colocado nos presentes trabalhos, e as considerações finais dos
147 conselheiros do CONSEMA, no caso aqui a conselheira Kitty está aqui conosco, e as considerações
148 finais, então, da mesa. E outras considerações por escrito podem ser encaminhadas então para o e-
149 mail que nós tínhamos falado, em até 5 dias úteis, favor encaminhar para se-zee-sp@sp.gov.br,
150 então, repetindo, se-zee-sp@sp.gov.br. Então pode tirar, muito obrigado. Agora, nesse momento
151 inicial, gostaria de cumprimentar o vice-prefeito de Adolfo, Nelson Gimenes Ribeiro, que está aqui
152 conosco, obrigado pela participação. Caso queira, pode se sentar na mesa, está justamente
153 reservado. Fique à vontade, muito obrigado. Cumprimento novamente, todos que estão aqui
154 presentes aqui na sala do CONSEMA, além do pessoal que está conosco nas plataformas virtuais.
155 Dito isso, vamos passar, então, esse momento inicial, gostaria antes de passar para o Gil Scatena,
156 que vai fazer a exposição dos trabalhos, aqui está conosco a conselheira do CONSEMA, a Kitty,
157 por favor, Kitty, pode fazer sua saudação inicial aqui representando o CONSEMA.

158
159 **00:18:42 Cristina Maria do Amaral Azevedo (CONSEMA):** Obrigado, Anselmo. Eu queria dizer
160 que é com muita satisfação que estamos aqui hoje no final do processo de elaboração, discussão e
161 aprovação do Zoneamento Ecológico Econômico, que, como muito bem disse o Secretário
162 Executivo, nos permitirá um outro olhar e oferecerá subsídios muito importantes para a sociedade
163 como um todo, não só como para o setor público, como para o privado e para a própria sociedade
164 civil, podermos planejarmos e fazer enfrentamento da mudança climática e outros desafios que
165 temos como equidade social. Muito obrigada.

166
167 **00:19:23 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, então agora passo a palavra, já cumprimento,
168 saúdo aqui o coordenador de planejamento ambiental, Gil Scatena. Boa tarde, Gil, por favor, a

169 palavra é sua. Então, temos até 45 minutos para fazer uso da fala e, só repetindo aqui, aos
170 interessados em se manifestar, então, são 17h20, temos ainda até as 18 horas para fazer inscrição.
171 Por favor, Gil, boa tarde, fique à vontade.

172
173 **00:19:52 Gil Scatena (CPLA):** Boa tarde, Anselmo, Neto, Kitty, a todos e todas que estão aqui
174 presencialmente com a gente no CONSEMA. Um prazer. Alguns, é um prazer revê-los. E a todos
175 que estão com a gente virtualmente, como o Neto e a Kitty já adiantaram, eu só reforço a satisfação
176 de estar nessa etapa do Zoneamento Ecológico Econômico, acompanhado aqui pela equipe da
177 CPLA, que está aqui conosco, presencialmente e virtualmente. E essa satisfação é com enorme
178 respeito, estar satisfeito e com orgulho do que fizemos, não significa que a Audiência tem menor
179 valor, muito pelo contrário, a gente acredita ainda que a Audiência é um momento ainda de
180 recepcionar opiniões adicionais, aprimoramentos, um instrumento dessa envergadura e com essa
181 ambição, ele jamais será perfeito, inclusive, ele tem que ser entendido no tempo como instrumento
182 de profundo aprimoramento na sua própria aplicação, mas, é importante dizer que, para chegar aqui,
183 foi feito um trabalho de muito respeito, muito peso, respeitando o conhecimento técnico do Governo
184 do Estado e, ao mesmo tempo, também as opiniões legítimas da sociedade. Estivemos em vários
185 lugares ouvindo a sociedade conforme nós vamos mostrar. Eu vou pedir aqui o compartilhamento
186 da tela com a apresentação técnica. Vou fazer o meu máximo esforço para me ater justamente no
187 tempo para que a Audiência Pública possa ter a sua parte ápice, que é poder ouvir a sociedade. Acho
188 que eu estou aqui com o passar do slide. A organização dessa apresentação, ela está nesses itens,
189 então eu vou começar rapidamente com as premissas e objetivos do ZEE. O processo de
190 participação e consulta pública, como nós elaboramos o Zoneamento no sentido mais técnico, o
191 Zoneamento, ele é fruto da soma de um bom diagnóstico do território Paulista, de um bom
192 prognóstico do território Paulista, e a proposta de Zoneamento, que é exatamente os caminhos que
193 São Paulo devem seguir, as atenções que São Paulo deve ter para que a gente consiga um
194 desenvolvimento sustentável, com uma base territorial sólida. Como nós estamos propondo a
195 implementação desse instrumento? A Minuta de Decreto que termina por regulamentar o
196 Zoneamento Ecológico Econômico, que já é fruto de outras regulamentações que precedem essa
197 proposta de Decreto, e os próximos passos a partir da Audiência para que fique claro para todos,
198 para onde vamos caminhar. Essa Audiência Pública, ela seguiu todo o rito formal e legal. Os
199 produtos disponíveis para consulta dessa Audiência estão disponíveis desde o dia 13 de julho de
200 2022, conforme prega a norma, e ele é constituído de 10 documentos que são as notas técnicas e
201 resultados, que são todos esses itens colocados, todos ficaram disponibilizados na internet e também
202 fisicamente, aqui na sede da Secretaria, e também tiveram oportunidade de ser observada pelas
203 pessoas na nossa base de informações territoriais. Até o momento, nós tivemos um acesso geral
204 com relação ao Zoneamento Ecológico Econômico de 2018 visualizações e, no período de consulta,
205 quase 400 consultas em caráter virtual, o que demonstra, para nós, nesse momento, o profundo
206 interesse e a manutenção do interesse da sociedade num instrumento que nós estamos propondo. O
207 Zoneamento Ecológico Econômico tem uma base legal, é importante dizer isso. Nós estamos
208 cumprindo a Lei, então ele está previsto desde a Política Estadual de Mudanças Climáticas, isso
209 para não voltar no tempo e lembrar que o Zoneamento já é previsto desde a Política Nacional de
210 Meio Ambiente, de 1981. Ele se propõe a um planejamento territorial estratégico para o

211 desenvolvimento sustentável, e um instrumento que, hoje, a nossa proposta é com foco na gestão
212 compartilhada, reconhecendo que o Estado de São Paulo é mais uma das esferas de gestão do
213 processo territorial. Nós temos o Governo Nacional que tem incumbência de dar o olhar mais
214 estratégico e encaixar São Paulo numa estratégia nacional, inclusive com as nossas vizinhanças, e
215 ao mesmo tempo o Estado de São Paulo também tem que olhar do ponto de vista federativo para
216 baixo para os nossos 645 municípios, e é um ZEE que respeita essa gestão compartilhada, fortalece
217 a gestão compartilhada, e ao mesmo tempo multitemática. É um Zoneamento que quem pôde
218 acompanhar até hoje, ele não se circunscreveu especificamente à questão ambiental. Ele é um
219 Zoneamento que olha as questões socioeconômicas e entendendo que o desenvolvimento
220 sustentável é o equilíbrio dessas questões temáticas, como bem adiantou o Neto, só foi possível
221 fazer isso pelo avanço das geotecnologias. Nós também estamos tirando partido do avanço do
222 mundo virtual, estamos oferecendo para a sociedade Paulista todas as informações que o ZEE
223 conseguiu reunir, os estudos e as propostas na rede ZEE onde a sociedade pode entrar e entender
224 melhor o território para tomar a devida decisão e o que deve ser feito em termos de investimento e
225 políticas públicas e controle social. Portanto, nós definimos essa moldura que eu falei, ela está
226 definida muito claramente num instrumento de planejamento ambiental e territorial que estabelece
227 diretrizes de ordenamento e gestão do território de acordo com as potencialidades e vulnerabilidades
228 ambientais, socioeconômicas a diferentes regiões do Estado. E o próprio processo nos ensinou, em
229 profundo diálogo com a sociedade, universidades, setor produtivo, que às vezes o que a gente
230 enxerga como vulnerabilidade, por vezes é uma potencialidade de um novo investimento, de uma
231 inovação tecnológica, de uma inovação, da forma do fazer. E bem como às vezes, uma
232 potencialidade quando mal gerenciada, pode se transformar no tempo numa nova vulnerabilidade.
233 O equilíbrio dessas coisas é exatamente aquilo que o ZEE pretende fazer e pretende estar de olhos
234 abertos do ponto de vista de um instrumento que é vivo e deve ser sempre revisitado. O ZEE teve
235 como objetivo o que nós apresentamos aqui, e acho que está no DNA da proposta, uma visão
236 pactuada desse processo de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável não surge
237 da cabeça específica da área ambiental, ele é exatamente o equilíbrio desses desafios que precisam
238 ser vencidos, como bem adiantou a Kitty, e essa visão pactuada, ela só é possível se nós
239 identificarmos, em conjunto, o que é potencial e o que é vulnerável. A gente só consegue ter um
240 bom acordo, um bom pacto, se nós enxergamos as mesmas coisas minimamente Temos que ter
241 clareza nas divergências e tentar superá-las para achar convergências. Uma vez isso feito, isso
242 alcançado, a gente é capaz, então, de influenciar o desenvolvimento integrado de políticas públicas.
243 Esse foi um Zoneamento que nós podemos dizer com muita tranquilidade, elaborado por 12
244 secretarias de estado, coube a CPLA e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente fazer a
245 coordenação dos trabalhos por uma força legal, a responsabilidade pela norma é nossa, mas nós
246 fizemos em 12 secretarias, e toda a lógica de fazer em 12 secretarias é que as políticas, cada vez
247 mais, façam menor competição pelo território e busquem a maior convergência, nós temos que
248 superar a ideia de que, por uma política ambiental dar certo, a política agrícola tem que dar errado,
249 para que uma política de desenvolvimento mineral dê certo, a política de recursos hídricos tem
250 que dar errado, não pode ser esse o caminho, o caminho tem que ser da gente achar os pontos
251 convergentes e, para isso, as políticas públicas têm que ter um olhar integrado, o ZEE não é uma
252 bala de prata, mas ele oferece essa base e oferece esse primeiro caminho de integração, de olhar,

253 para uma mudança de cultura institucional para políticas públicas de maior acordo. E com isso, ele
254 ajuda a promover uma orientação melhor e mais estratégica dos investimentos públicos e privados.
255 Quando sabemos nos territórios o que precisa ser feito para evitar problemas, para manter
256 potencialidades, a gente está juntando forças, atraindo o capital privado para promover inovação,
257 para gerar emprego e renda, e para que a gente caminhe numa melhor situação para o Estado de São
258 Paulo. Do ponto de vista da própria ação ambiental, também tem inovações. Então o ZEE, como
259 Neto adiantou, não é pensado como um Zoneamento de comando e controle, portanto, o ZEE não é
260 um instrumento que fala, pode ou não pode, mas ele subsidia o Licenciamento e as ações ambientais,
261 ao apontar previamente quais são as fragilidades e potencialidades do território. E já, dentro de um
262 acordo de governo, permitindo uma maior força para as políticas que depois serão implementadas.
263 Portanto, essa é a expectativa nossa, e a nossa proposta de implementação do uso do ZEE no
264 Licenciamento, uso estratégico e inteligente, seja pelo Estado, ou seja, pelos municípios que estão
265 aí municipalizando a etapa do Licenciamento. E com isso, então, propiciar maior eficácia nos
266 processos de tomada de decisão e transparência, porque tendo a sociedade as melhores informações
267 como tem o Estado, a gente caminha para um lugar de quebrar a simetria, onde só uma área sabe
268 muito sobre o território, a outra sabe menos, o ideal é que todos tenham as mesmas informações
269 disponíveis, inclusive num processo de transparência e controle social, que a sociedade também
270 ajude a gente a monitorar se os caminhos estão sendo bem tomados. O Zoneamento foi organizado
271 para atingir 5 grandes objetivos, que é o que nós chamamos das diretrizes estratégicas. Então todo
272 o trabalho foi organizado em cima dessas diretrizes. É um zoneamento para promover que São Paulo
273 seja um estado resiliente às mudanças climáticas. Portanto, nós partimos de um pressuposto de
274 confiança na ciência, de confiança na discussão das mudanças climáticas, como efeito das ações
275 humanas que devem ser corrigidas, e cujas informações já nos trazem um alarme de que, como o
276 Neto falou, não há um Plano B. Portanto, nós temos que, ao mesmo tempo de descarbonizar a
277 economia, conseguir também fazer com que os territórios sejam mais resilientes, que a gente
278 consiga reduzir a vulnerabilidade dos territórios e das pessoas que estão aí em situação de maior
279 exposição aos riscos de desastres naturais. É um ZEE para promover a segurança hídrica, então,
280 reconhecendo a água como algo chave, não só para a manutenção da vida, mas pelas próprias
281 atividades econômicas, no sentido de que é preciso ter água em quantidade e qualidade ao longo do
282 tempo, em todo o território Paulista. É um Zoneamento para a promoção da salvaguarda da
283 biodiversidade. E aí, olhando biodiversidade como um olhar estratégico, não só da proteção, que é
284 uma agenda legítima, importante, mas também do uso inteligente da biodiversidade para uma
285 economia nova, para uma economia que tenha uma base na biodiversidade como um grande
286 patrimônio, e saiba utilizar isso adequadamente, preservando serviços ecossistêmicos. E como já
287 foi dito aqui também, é um Zoneamento que é sensível à questão social e entende que São Paulo
288 ainda convive com profundas desigualdades sociais. Então, é um Zoneamento que aponta para as
289 reduções das desigualdades regionais, trazendo a agenda ambiental, também próximas agendas de
290 desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo. Essas 4 diretrizes que eu falei, elas
291 só podem ocorrer se São Paulo tiver uma economia competitiva e sustentável, a gente tem que gerar
292 emprego e renda para alimentar e dar emprego decente, digno, para 44 milhões de habitantes ou
293 mais que nós temos no território de São Paulo. Portanto, daí também a nossa profunda abertura em
294 falar com o setor privado, gerador desse emprego e renda, e trazer uma aproximação, porque a

295 sustentabilidade ela também só ocorre se a gente conseguir também garantir que as pessoas tenham
296 uma vida decente e digna. O trabalho foi montado nessas etapas que estão aí, que é o fluxograma
297 do Ministério do Meio Ambiente, então nós fizemos toda a etapa de planejamento, do como fazer
298 o trabalho, o que deveria ser feito, e aí eu chamo a atenção para o bloco azul, laranja e vermelho.
299 Nós entramos numa etapa de diagnóstico, então interessava, naquele momento, era importante olhar
300 aquelas diretrizes, entender como que o Estado de São Paulo está em cima dessas 5 diretrizes. Nós
301 temos um diagnóstico que, por si só, já tem um valor. E depois, mais do que saber como São Paulo
302 está nessas 5 diretrizes, era importante entender para onde São Paulo está indo, se as coisas
303 continuarem como estão. E nós fizemos então uma cenarização num conjunto de prognóstico onde
304 a gente ainda avançou, e nós, fizemos sinalizações climáticas, projeções climáticas que eu vou
305 comentar. E aí, com a soma de presente e possível futuro, nós fizemos a conjunção dessa realidade
306 para dizer o que deve ser feito para evitar problemas e manter potencialidades. E daí vem a proposta
307 do Zoneamento, com as suas diretrizes aplicáveis, e a nossa proposta de gestão, que é o último bloco
308 de implementação. Como eu disse, reforço, o Governo do Estado, então, instituiu uma comissão
309 estadual de Zoneamento Ecológico Econômico por Decreto, onde nós tivemos a presença de 12
310 secretarias, aqui eu agradeço profundamente as pessoas dessas Secretarias que nos ajudaram a fazer
311 o Zoneamento Ecológico Econômico, Casa Militar e Defesa Civil, Turismo, Saúde, Habitação,
312 Transportes Metropolitanos, Logística e Transporte, Agricultura e Abastecimento, Justiça e
313 Cidadania, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Governo e a
314 nossa própria Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Foi o olhar dessas 12 secretarias que
315 garantiu que o Zoneamento não se circunscrevesse apenas ao olhar ambiental, por mais importante
316 e rico que ele seja. Nós fizemos esse trabalho também, sabedores que, por melhor que seja a gestão
317 pública do Estado de São Paulo, no sentido do conhecimento acumulado, da base de informações
318 que nós temos em São Paulo, um Zoneamento que possa representar um acordo com a sociedade
319 não pode ser feito só pelo Governo, apenas exclusivamente pela burocracia pública, portanto, então,
320 nós fomos falar com a sociedade numa primeira etapa de rodada pública, nós discutimos o
321 diagnóstico. Nós levamos o nosso olhar sobre as 5 diretrizes para o território Paulista e ouvimos as
322 pessoas. Nós fizemos 12 oficinas regionais no ano de 2018, essas 12 oficinas conjugavam os
323 Comitês de Bacia cobrindo todo o território Paulista, numa média de mais de 100 participantes por
324 oficina, sempre representando a sociedade civil, setores produtivos, prefeituras e universidades. Isso
325 nos deu uma riqueza de olhar muito importante. Além disso, fizemos mesas de diálogos bilaterais,
326 onde a gente conseguiu aprofundar tecnicamente assuntos específicos. Falamos com Organizações
327 Não Governamentais, universidades, institutos de pesquisa e mesas setoriais que os setores
328 produtivos que estão aí listados. Nesse momento, a gente conseguiu identificar as principais
329 demandas de sinergia da nossa proposta de diagnóstico do Zoneamento Ecológico Econômico e
330 aquilo que era emergencial nos territórios. Depois nós fizemos uma participação e consulta pública
331 na segunda etapa, uma vez recolhidos os dados de diagnóstico, cabia ao Governo do Estado
332 trabalhar da melhor forma com essas informações e trazer a nossa resposta, a resposta ao diagnóstico
333 é a proposta de Zoneamento. Uma vez que a sociedade se enxerga a partir desses desafios, é
334 importante tomar decisões, e as decisões estão organizadas na proposta de Zoneamento. Aí, então,
335 nós fizemos uma nova rodada, vamos lembrar que vivemos, ao longo do ZEE, o triste período da
336 pandemia, então nós fizemos depois, numa segunda rodada, muitas reuniões em caráter virtual, já

337 não mais presencial, aliás, todas elas em caráter virtual. A gente reconhece e respeita as demandas
338 de que alguns territórios demandaram que as reuniões fossem presenciais, mas nós respeitamos
339 estritamente os protocolos de saúde e preservamos a área técnica do Estado e, ao mesmo tempo, nós
340 entendemos que o processo virtual viabilizou, potencializou a participação de muitas pessoas, aliás,
341 também em um número muito interessante, de novo, numa média de mais de cento e poucas pessoas
342 por reunião. Dessa vez, fizemos 9 reuniões regionais, de acordo com as 9 zonas da proposta de
343 Zoneamento, já não mais aquelas 12 que a gente dividiu o território para o Comitê de Bacia, mas as
344 9 regiões das zonas da proposta de Zoneamento. E cerca de 40 reuniões bilaterais com Secretarias
345 e representantes da Comissão Estadual do ZEE, e mais as bilaterais dos processos dessa rodada
346 pública. Então, nesse momento, a gente conseguiu não só validar todos os processos do ZEE na
347 Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico Econômico. Aliás, aqui o destaque é esse, aliás,
348 perdão, porque o número é o mesmo, né? Nós fizemos 9 zonas, mas na Comissão Estadual do ZEE
349 nós tivemos 9 reuniões plenárias e 40 reuniões bilaterais, ou seja, todos os documentos que nós
350 estamos apresentando foram discutidos e validados pelas 12 Secretarias de Estado nesse longo
351 processo de debate. Adicionando a isso as reuniões bilaterais que nós fizemos a pedido destas
352 Secretarias, porque o Zoneamento foi utilizado, os dados do Zoneamento, o olhar do Zoneamento
353 foi utilizado para aprimorar os próprios instrumentos que estão sendo feitos, como os Planos de
354 Desenvolvimento Urbano Integrado, que são os Planos Metropolitanos, mais os Planos de
355 Desenvolvimento Econômico Sustentável, em especial aqui, o do Vale Histórico e Vale da Fé, no
356 Vale do Paraíba, e o do Pontal 20 e 30, no Pontal do Paranapanema, além das várias articulações
357 que nós fizemos com o apoio do próprio CONSEMA, que eu agradeço aqui, ao Anselmo e equipe.
358 A Comissão Temática de Política Pública que aqui nós temos alguns representantes, como a Violeta
359 Kubrusly, do CAU, a Liv, da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), está aqui
360 com a gente. E na Comissão Temática de Política Pública, a gente também pode debater
361 Zoneamento Ecológico Econômico, tentando ao máximo ampliar o processo de participação. E aí o
362 processo de consulta pública que, esse sim, que é o que eu estava adiantando, no spoiler das 9 zonas,
363 nós iniciamos, no dia 15 de dezembro, todos os documentos foram disponibilizados no dia 15 de
364 dezembro de 2021, desde que nós apresentamos a proposta de Zoneamento na plenária do
365 CONSEMA e ficou disponível até o dia 15 de abril de 2022. Nesse período todo nós fizemos, então,
366 as 9 reuniões regionais, 8 mesas de diálogo, então, as 8 mesas de diálogo, novamente cobrindo todas
367 aquelas áreas que nós havíamos falado, e mais 3 reuniões no CONSEMA, na Comissão Temática
368 de Políticas Públicas. Então, nesse momento, nós discutimos toda a proposta do Zoneamento, aqui
369 eu já estou adiantando o Zoneamento que são as 9 zonas de gestão, onde, dentro delas a gente
370 consegue entender a situação socioambiental e as diretrizes aplicáveis que devem ser respeitadas e
371 promovidas pelo Estado e pela sociedade para alcançar o melhor resultado, e nessas novas reuniões
372 a gente teve então, novamente, uma média de 100 a cento e poucas pessoas por reunião, e as mesas
373 de diálogo que permitiram que a gente tivesse mais próximos de vários setores da sociedade.
374 Recebemos, nesse processo, 337 contribuições que foram sistematizadas e avaliadas. Nós
375 analisamos todos os documentos, alguns setores mandaram os documentos bastante robustos, aqui
376 eu destaco, por exemplo, o setor da mineração, que nos ajudou a aprimorar o Zoneamento Ecológico
377 Econômico, e trouxe uma série de estudos, e isso permitiu que nós fizéssemos ajustes nos
378 documentos e na proposta de Zoneamento, gerando inclusive a criação de 2 novos temas por

379 demanda da sociedade, povos e comunidades tradicionais e energia. A questão da mineração, que
380 eu citei, já estava presente, mas ela foi aprimorada. O aprimoramento, a inclusão de novas diretrizes
381 e a criação do documento da rede ZEE explicando o que é a rede ZEE, a melhor forma de usar e
382 qual é o papel dela no Zoneamento Ecológico Econômico. Portanto, a gente pode dizer, até aqui,
383 até esse momento da Audiência Pública, que o processo de consulta pública, que foi longo, a
384 Audiência é parte desse processo, que ele já ajudou em muito a aprimorar o Zoneamento Ecológico
385 Econômico. Explicando o Zoneamento, a proposta, conforme eu disse, ele é fruto da soma do
386 diagnóstico com o prognóstico, e a proposta de Zoneamento, então, a partir de agora, eu vou explicar
387 o Zoneamento, mais ou menos nesses 3 blocos. O bloco do olhar o presente, que é o diagnóstico,
388 ele foi expresso pelo nosso trabalho no que a gente chama das Cartas Síntese. As Cartas Síntese têm
389 o objetivo de expressar a situação do Estado em relação ao alcance de cada uma daquelas 5 diretrizes
390 estratégicas. Esses mapas estão representados em 5 classes, sendo uma classe mais crítica,
391 vermelho, e 5 a mais favorável, verde escuro. Então todos os mapas que aparecerem de Cartas
392 Síntese, toda vez que o território está em vermelho, é um território que está mais distante do alcance
393 da diretriz hoje, e o que estiver em verde escuro é aquele que está mais próximo do alcance da
394 diretriz hoje. Isso foi feito selecionando uma série de variáveis, e que foram representadas em 25 a
395 30 indicadores por Carta Síntese, e esses indicadores foram divididos em situação, pressão e
396 capacidade de resposta, a não ser a Carta da Desigualdade Regional, que a gente analisou por fatores
397 críticos de análise. Todos esses dados foram normalizados utilizando uma mesma legenda para que
398 fique fácil de ver, de compreender, cada um desses indicadores pode ser olhado isoladamente, além
399 do trabalho que a gente utilizou deles em conjunto, e eles estão projetados em uma grade de 200
400 por 200 metros para todo o território de São Paulo, o que significa, a gente está aqui com a presença
401 de uma prefeitura, que a prefeitura quiser fazer um Plano Diretor e quiser usar os dados do ZEE,
402 essa grade permite que você olhe cada um desses indicadores, como ele se comporta no seu
403 município. Então você pode olhar como está seu município nas 5 diretrizes e pode olhar o seu
404 município com os indicadores. Olha, me interessa, nesse momento, olhar só o indicador da coleta e
405 tratamento de esgoto no meu município. Você consegue olhar ele dentro da rede ZEE. Então, a
406 gente vai para o primeiro mapa, que é a Carta Síntese de Resiliência às Mudanças Climáticas. Essa
407 é a primeira vez que São Paulo apresenta um olhar geral sobre resiliência no território Paulista. São
408 Paulo não tinha uma análise sobre a resiliência no território de São Paulo. Para fazer esses trabalhos,
409 nós mobilizamos o que o Estado tem de melhor, de conhecimento. Então não foi a CPLA que
410 coordenou esse tema, quem coordenou é quem lida com desastres naturais e dados de risco e
411 vulnerabilidade, foram os pesquisadores do Instituto de Pesquisas Ambientais. O Cláudio Ferreira
412 foi o coordenador desse tema, é quem lida com os dados de desastres naturais do Estado de São
413 Paulo junto, obviamente, na Comissão Estadual, a Defesa Civil. E várias dessas informações, que
414 depois eu vou passar um pouco pelos indicadores, conseguem mostrar para nós que o Estado de São
415 Paulo tem um desafio grande. A gente tem uma predominância da classe laranja, 2 e a 3 amarela,
416 bem espalhada pelo território de São Paulo, mostrando que a gente tem um desafio grande para que
417 o território seja resiliente às mudanças climáticas, e nós estamos considerando resiliente, não só do
418 ponto de vista ambiental, mas do ponto de vista do bem-estar das pessoas. Então, os indicadores
419 estão divididos em situação, pressão e resposta, e cada um deles pode ser olhado
420 individualizadamente, conforme eu estou mostrando ali ao lado nos 2 mapas. Então a gente tem,

421 por exemplo, o índice de perigo e escorregamento, e aí a gente pode ver nesse indicador, por
422 exemplo, que ele é uma das justificativas dessa parcela do Vale do Ribeira até o Vale do Paraíba,
423 região metropolitana, de uma situação mais difícil de resiliência nessa região. O que é diferente do
424 que faz estar vermelho, laranja, amarelo, no centro-oeste, que é a ausência, por exemplo, de
425 instrumentos de gestão de risco e combate a desastres naturais. Então, esses indicadores trazem algo
426 do ZEE super importante, que é a rastreabilidade. A gente consegue olhar para cada um dos
427 territórios, qual é a razão? Porque quando eu falo de um laranja perto de São Paulo e um laranja
428 perto do Pontal do Paranapanema, a razão deles estarem laranja é diferente, e eu consigo identificar
429 isso olhando os indicadores, o que ajuda a gente a promover, desenhar uma política pública
430 específica, promovendo o avanço para aquilo que é necessário. Nós fizemos também o diagnóstico
431 do ponto de vista da segurança hídrica, então esse é o mapa da segurança hídrica, diferente de usar
432 apenas o balanço hídrico, que é a disponibilidade de água versus consumo, nós estamos entendendo
433 segurança hídrica do ponto de vista territorial, um conjunto de fatores importantes, como a
434 preservação de nascentes, a presença de APP, a presença de áreas protegidas, a presença de um bom
435 equipamento de infraestrutura, de saneamento, então, a segurança hídrica ela é olhada do ponto de
436 vista um pouco mais complexo, e mais uma vez a gente sabe, não há novidade, o desafio, em termos
437 de segurança hídrica, do eixo da macrometrópole, quando a gente pega aquela linha que vai de
438 Santos até Campinas, e até um pouco mais acima, e também é no centro norte, ali do Estado de São
439 Paulo, noroeste, que também é importante para nós. Noroeste não, perdão, indo para o caminho do
440 Mato Grosso do Sul. Então, nesse mapa, a gente consegue identificar as dificuldades, os desafios
441 que nós temos e, mais uma vez, esse mapa também é possível de se identificar quais são as questões
442 que levam aos territórios estarem mais distantes de ter segurança hídrica ou estar mais próximo.
443 Cada um dos indicadores pode ser visto individualizadamente, e aí corrobora aquilo que eu disse,
444 não estão olhando só pelo ponto de vista ambiental, de uma água sem uso, a gente está olhando,
445 com a presença do homem, com indicadores que falam sobre a relação do uso da água e a presença
446 da água no território. É importante dizer que para esse tema também, quem coordenou esse tema
447 foi a Lilian, da área de qualidade de água da Cetesb, junto com o Lease (00:46:29), que é o DAEE
448 (Departamento de Águas e Energia Elétrica), que cuida das outorgas, e a Mara que cuida das águas
449 subterrâneas, que é do Instituto de Pesquisas Ambientais, e o Bruno, que é da área de planejamento
450 do recurso hídrico, que, inclusive, coordena o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Em adição, a
451 Comissão Estadual do Zoneamento, com as demais secretarias. Aliás, foi a Comissão Estadual do
452 Zoneamento que nos ajudou a lidar com os dados deles para olhar esses temas. Dou exemplo dos
453 dados de habitação para territórios resilientes, porque ter oferta habitacional, ter política
454 habitacional é tirar pessoas de áreas de risco e ao mesmo tempo, para a desigualdade regional,
455 porque obviamente, promover vida digna é combater a desigualdade. Habitação digna é combater
456 a desigualdade, e a habitação, a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do
457 Estado de São Paulo), a área de planejamento nos ajudou a usar os melhores dados, garantindo que
458 nenhum desses mapas é puramente ambiental ou puramente social, puramente econômico.
459 Salva-guarda da biodiversidade, coordenado pelo Marco Nalon, coordenador do Inventário Florestal
460 do Governo do Estado de São Paulo, trazendo um cenário que a gente já conhece, de desafio do
461 centro Oeste Paulista, as áreas de predomínio histórico dos ciclos agrícolas, e a gente já sabe que,
462 inclusive, aquilo que a política acordada entre agricultura e meio ambiente, a boa aplicação do

463 Código Florestal, a partir do programa Refloresta SP, com as áreas obrigatórias, as áreas
464 incentivadas, esse cenário deve mudar ao longo do tempo e ao que nós esperamos, dentre outras
465 iniciativas possíveis, mais uma vez, essa situação pode ser identificada a partir de uma série de
466 indicadores que, por exemplo, esse mapa da salvaguarda não é um mapa do inventário, mas é o
467 mapa da relação do desenvolvimento econômico com o território e a biodiversidade. Um dos
468 indicadores desse processo é, por exemplo, a densidade de autos de infração. Então, dados de
469 fiscalização foram importantes para esse processo de identificar a salvaguarda da biodiversidade, a
470 presença de vegetação nativa, por óbvio, então, nós acabamos utilizando, e é importante dizer que
471 nós utilizamos indicadores públicos de série histórica e que são publicados com sazonalidade, então
472 nós estamos falando de um trabalho que foi feito com uma informação, uma pesquisa, por melhor
473 que ela seja, mais que não vai ter, de repente, renovação, o que vai permitir que a gente faça o
474 monitoramento do Zoneamento a partir do olhar constante desses indicadores. A redução das
475 desigualdades regionais, então, a gente, num primeiro momento, nós levamos para o território o
476 IPRS, o Índice Paulista de Responsabilidade Social da Fundação SEADE (Sistema Estadual de
477 Análise de Dados), mas a sociedade nos trouxe uma crítica de que era preciso olhar mais temas para
478 um olhar territorial, de desenvolvimento social. Então, nós usamos dados do IPRS, e utilizamos
479 mais algumas informações que a sociedade solicitou. Então, nós utilizamos os fatores críticos de
480 análise, que é: que temas importa olhar. Então nós olhamos a dinâmica econômica e riqueza a partir
481 de alguns indicadores, como por exemplo, a variação da massa salarial, olhamos os indicadores de
482 saúde, como por exemplo, equipes de programa de estratégia de saúde da família, olhamos
483 educação, comunicação, e aí isso é super importante porque o Zoneamento ele é inovador no sentido
484 de que ele apresenta uma rede, um campo virtual, um mundo virtual do Zoneamento, na rede ZEE
485 da capacidade da gente trabalhar o Zoneamento online. E o que a gente recebeu de reclamação é
486 que em vários territórios de São Paulo ainda é muito difícil ter um acesso firme a internet, o acesso
487 à internet ainda é difícil para prefeituras, empreendedores, às vezes impedindo o ensino a distância,
488 às vezes impedindo a inserção de produtos numa rede de consumo regional, nessas novas demandas,
489 inclusive do próprio teletrabalho. Então nós utilizamos um indicador que é de acessos de banda
490 larga fixa, e densidade de antenas de telefonia celular, e que esse mapa, inclusive, vai mostrar que
491 a gente tem realmente um desafio aqui ainda em São Paulo. Habitação, cultura, qualidade ambiental,
492 como um fator de desigualdade regional. A gente está entendendo que morar num território de
493 qualidade ambiental é um fator de inclusão social, segurança pública, gestão fiscal e transporte,
494 aliás, os dados de transporte, como a infraestrutura rodoviária, que foi elaborado pela Secretaria de
495 Logística e Transporte para o Zoneamento Ecológico Econômico, virando um novo indicador de
496 acompanhamento da política. E para Economia Competitiva e Sustentável, que era impossível
497 representar em um mapa só, dizer o que é competitivo e o que é sustentável para um Estado que é
498 de um tamanho de vários países, que é 1/3 do PIB, com várias economias, sejam elas de inserção
499 nacional ou regional, internacional. Então nós fizemos um relatório com o apoio dos dados da
500 Fundação SEADE, com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que trouxe para nós
501 uma visão da economia Paulista, do comportamento da economia Paulista nos diferentes territórios,
502 o que permitiu, para nós, depois, na hora de fazer a proposta e análise integrada, conseguir entender
503 que naqueles territórios não estão só os desafios das diretrizes, mas ali também ocorrem economias,
504 economias importantes que devem ser respeitadas, promovidas e inovadas. Terminado o bloco de

505 diagnóstico, que por si só já tem um valor, saber a situação de São Paulo nas 5 diretrizes, acho que
506 já, por si só, tem um valor. Acho que o ZEE já entrega algo ao fazer esse diagnóstico, mas era
507 importante entender qual é o comportamento do futuro, e aí é o tal do *business as usual*, se as coisas
508 continuarem a ser feitas como se têm sido feitas, para onde nós vamos? Aqueles mapas vão estar
509 aonde lá na frente? Então, de novo, esses coordenadores temáticos e os grupos de trabalho,
510 selecionaram os indicadores que tinham melhor comportamento para a cenarização do futuro, e nós
511 fizemos então a cenarização das 4 cartas estratégicas com objetivo de entender como vai estar São
512 Paulo no horizonte de 2040, que é o horizonte do ZEE. Esses mapas, para não confundir que o
513 diagnóstico foram feitos de outras divisões, então são 4 classes, o que vai significar uma classe
514 muito distante, que significa os territórios que em 2040 vão estar muito distantes de alcançar diretriz,
515 ou aqueles que em 2040 vão estar próximos do alcance da diretriz do ZEE, e aí nós utilizamos de 8
516 a 10 variáveis, e o melhor comportamento foi pela SUB UGRHI (Unidade Hidrográfica de
517 Gerenciamento de Recursos Hídricos), então nós fizemos essas cenarização por SUB UGRHI.
518 Nesse momento, então, nós temos os 4 cenários, o cenário da segurança hídrica no mapa da
519 esquerda, mostrando aí que há um cenário desafiador para São Paulo. Se as coisas continuarem
520 como estão, a gente vai continuar com algumas áreas com bastante desafio hídrico, e outras num
521 momento de atenção, e assim vai para a resiliência à mudança climática, para a salvaguarda da
522 biodiversidade, para a desigualdade regional. E aí com isso, nós tínhamos, nesse momento, uma
523 visão de presente e uma visão de futuro, um futuro projetado *business as usual*, porém nós estamos
524 num outro momento da nossa existência, mais do que as coisas continuarem a serem feitas e onde
525 estaremos, temos o elemento da mudança climática, que é um fator novo, um fator que tira a nossa
526 segurança em termos de olhar o futuro como sempre olhamos. Então, pela primeira vez, São Paulo
527 fez projeções climáticas. Fizemos uma parceria com o INPE, Instituto Nacional de Pesquisas
528 Espaciais, a professora Shaw (00:54:12), coordenado por pesquisadores do IPA, do Instituto de
529 Pesquisas Ambientais e a área de mudanças climáticas da Cetesb. Armani, Nádia Fernanda
530 Pelizzon, a Jussara, da — (00:54:25) Internacional. E esse processo nos ajudou a entender, numa
531 escala de segurança de 20 km, numa grade de 20 km, então, também se os planos diretores agora,
532 as prefeituras quiserem planejar seus territórios e saber como é que o território vai estar em termos
533 de mudanças climáticas até 2050, você agora pode olhar isso no próprio Zoneamento Ecológico
534 Econômico. Nós fizemos um estudo para todo o Estado de São Paulo, no pior cenário de mudanças
535 climáticas, que é oito e meio, uma vez que, se estivermos preparados para o pior, todo o resto é
536 viável. Então, várias projeções que o IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*) da ONU
537 orienta a gente utilizou, então oito e meio é o pior cenário, e fizemos com 4 modelos climáticos,
538 MIROC5, HadGEM2-ES, BESM e CanESM2, que são modelos climáticos orientados pelo IPCC,
539 e temos aí, pela primeira vez, mapas da mudança climática no Estado de São Paulo, numa
540 diferenciação regional importante e numa escala que pode ser usado, inclusive, numa escala
541 municipal. Como exemplo, a gente tem os mapas maiores, o comportamento de precipitação e
542 temperatura do período 61/90, que foram os dados utilizados como a normal climatológica. Foram
543 esses dados que foram utilizados nos modelos que nós utilizamos para fazer a cenarização. E os
544 mapas à direita, os 2 acima, é o maior desvio para mudança de temperatura, e o menor desvio para
545 mudança de temperatura. Então, nós temos para todo o território previsto um aumento de, no
546 mínimo, 1 °C médio para todo o território Paulista, mas em alguns lugares, no pior cenário,

547 chegando até 4 °C. Isso para alguns, para o bem-estar das pessoas, para atividades econômicas, é
548 um dado essencial e que agora o Governo do Estado oferece isso para a sociedade. E os 2 mapas de
549 baixo são de precipitação. Então, no mapa de cima, dos 2 de baixo, é o maior desvio de precipitação,
550 e o de baixo o menor desvio. Essa análise é melhor feita quando regionalizada, porque a gente não
551 tem um padrão global para o Estado de São Paulo. Mas dentro desses mapas que estão disponíveis
552 na rede ZEE, você consegue também ver outros dados, como por exemplo, dias consecutivos de
553 precipitação máxima, o que é essencial, por exemplo, para uma atuação de Defesa Civil. Dias
554 consecutivos de estiagem, o que é essencial para o bem-estar das pessoas e para, por exemplo,
555 culturas agrícolas, e assim vai. Tudo disponibilizado já, desde o processo de elaboração, na rede
556 ZEE, que nasceu junto com a proposta de Zoneamento. Zoneamento não é mais a expectativa de
557 que esses mapas sejam impressos e colocados na parede. É o conjunto dessas informações numa
558 rede moderna, que pode ser visitada e utilizada pela sociedade, pelos gestores públicos, para olhar
559 esses mapas, ver as diretrizes, entender seus territórios, e fazer suas políticas públicas. Então, nesse
560 momento, nós fomos capazes de ter um bom diagnóstico, um bom prognóstico, juntamos tudo,
561 fizemos uma análise integrada, território por território, para fazer a proposta de Zoneamento. Nesse
562 momento, então, junto com a Comissão Estadual do ZEE nós olhamos o Estado por regiões
563 administrativas, porque era de visão do Estado mais amigável às 12 secretarias, porque cada uma
564 utiliza a sua, um que é bacia hidrográfica, o outro que é escritório de desenvolvimento rural, o outro
565 utiliza regiões metropolitanas. A única divisão do território que é uniforme a todos, são as regiões
566 administrativas. Então, nós olhamos o território pelas 16 regiões administrativas, e as que estão hoje
567 no Estado de São Paulo, e fomos olhando as similaridades. E essas similaridades permitiram que a
568 gente condensasse às 16, transformando em 9. As proximidades dos desafios e dos temas do
569 comportamento nas diretrizes estratégicas permitiu que a gente dividisse o território e 9 zonas de
570 gestão. Então, a gente reagrupou as 16 RAs em 9 zonas de gestão. Então, essas 9 zonas, são zonas
571 que têm um comportamento similar, portanto, podem ter políticas de caráter regional mais
572 próximas. Mas, como eu mostrei para vocês, todos os indicadores, é tudo visitável a capaz de olhar
573 o município isoladamente por tema, isso não tira da gente a capacidade de olhar que dentro dessas
574 zonas, eu tenho desafios também dentro delas diferentes. Então, a gente não está homogeneizando
575 o Estado para perder especificidades, a gente está fazendo um recorte regional para permitir um
576 olhar regional sem perder a capacidade de um olhar mais específico. E aí a partir disso, então, nós
577 olhamos as questões chave, olhamos os indicadores críticos, voltamos lá naquele momento do
578 trabalho, dos indicadores, do diagnóstico e esses indicadores críticos e os cenários críticos, todos
579 sobrepostos com mudanças climáticas e, por exemplo, são esses mapas na sequência, geraram as
580 diretrizes aplicáveis, que num primeiro momento, nós selecionamos 11 grandes temas de diretrizes
581 aplicáveis, e esses temas, ao terem políticas aplicadas, conseguem corrigir as distorções e problemas
582 que nós temos hoje para esses territórios. Depois do processo de consulta pública, adicionamos mais
583 2 temas: energia transversal, às 9 zonas, valendo para todo o território de São Paulo, inclusive, já
584 utilizando das premissas que vão ser utilizadas para o Plano Estadual de Energia; e povos e
585 comunidades tradicionais. É importante lembrar que o Zoneamento Ecológico Econômico não é
586 pautado em uso de atividades permitidas. Não é olhar esse mapa e dizer o que pode, o que não pode,
587 a ideia não é essa. A ideia é qualquer atividade que aconteça no território, ela tem que fazer o seu
588 melhor desempenho possível para garantir segurança hídrica, ela tem que ser o melhor desempenho

589 possível para garantir biodiversidade e assim por diante, bem como inclusão social. E aí, pra todas
590 essas 9 zonas, nós temos as diretrizes aplicáveis, então nós temos a divisão do Estado para fazer a
591 gestão, e dentro dessas zonas, as diretrizes aplicáveis. Aqui têm 3 exemplos, uma diretriz transversal
592 de energia. Então, por exemplo, fomentar atividades econômicas e empreendimentos que utilizam
593 energia limpa e que invistam na melhoria da eficiência energética, de equipamentos, produtos e
594 processos produtivos. E mais 2 diretivas, uma delas que eu agradeço o setor da mineração, que nos
595 ajudou a aprimorar a diretriz aplicável para a zona 4, que pega ali toda aquela região que vai ali, de
596 Itapeva, Vale do Ribeira, o setor da mineração, nós fizemos a diretriz, uma delas, são várias, ampliar
597 o conhecimento e disseminação de informações sobre geodiversidade, trabalhar melhor os
598 instrumentos de planejamento que propiciam uma mineração em harmonia com os outros usos do
599 território. E na zona 9, na região do Vale do Paraíba, como exemplo, uma diretriz de povos e
600 comunidades tradicionais. Então, efetivar ações de fomento e financiamento das práticas
601 tradicionais, lembrando que essa zona incorpora também o litoral norte, com os povos de
602 comunidades caiçaras. A implementação, conforme eu já fui comentando ao longo da apresentação,
603 a nossa grande questão, a nossa grande proposta, é aprimorar uma governança multitemática em
604 multinível. A gente está chamando aqui de multitemática as várias agendas que compõem o
605 Zoneamento Ecológico Econômico, então, a CEZEE (Comissão Estadual do Zoneamento
606 Ecológico-Econômico de São Paulo) tem habitação, governo, transporte, todos esses temas têm
607 diretrizes, então a gente está reconhecendo que ele é um instrumento de desenvolvimento
608 estratégico, que reconhece os vários temas que ocorrem no território, e multinível, no sentido de
609 que a gente oferece um Zoneamento que não só permite que o Estado olhe o próprio estado, mas as
610 prefeituras também olhem os seus territórios, e consigam olhar o seu território municipal e as suas
611 vizinhanças, e você consegue mudar a escala nos mapas e olhar a sua região metropolitana, os seus
612 vizinhos, como a coisa está, que alguns dos temas não são resolvidos municipalmente, como é a
613 questão dos recursos hídricos. O município que polui a montante prejudica o sujeito que está a
614 jusante. Então, essa proposta está muito clara para nós, e ela vai ter a governança da Comissão
615 Estadual do ZEE, o acompanhamento do CONSEMA, e nós estamos propondo, aí vai estar um
616 pouco mais à frente, a manutenção das mesas do que a gente está chamando de mesas de diálogo,
617 mas são os diálogos bilaterais, para que o Estado continue dialogando com a sociedade, não só para
618 fazer o ZEE, mas para implementar. A gente também aposta muito no apoio à ciência e à pesquisa.
619 A organização dessas informações vai permitir estudos pela academia e pela universidade, e tragam
620 novas propostas, críticas para a previsão do Zoneamento daqui 10 anos, que esse é o tempo, prazo
621 legal do Zoneamento. Acesso à informação e transparência e, obviamente, integração e
622 fortalecimento das políticas públicas, uma vez que o Zoneamento continua convivendo com os
623 outros instrumentos. Quem está no litoral norte, já tem um Zoneamento Ecológico Econômico
624 Costeiro. Esse Zoneamento não faz o ZEE Costeiro não valer. O ZEE Costeiro continua valendo.
625 Ele é regional, feito por uma outra lei de comando e controle, e ele utiliza outras premissas de olhar
626 e dividir o território. Zona 1, zona 2, zona 3, zona 4, zona 5, e assim é para as áreas de mananciais,
627 que também tem Zoneamento Regional. Como as APAs, que também tem Zoneamento Regional.
628 Portanto, a nossa proposta é um Zoneamento que tenta transformar essas peças no mosaico, numa
629 grande figura, dar uma cara para todo o Estado, e servir de base para a boa aplicação desses
630 instrumentos de Zoneamento e para revisão. E a próxima revisão do Gerenciamento Costeiro de

631 Mananciais vai poder usar dados de mudanças climáticas, segurança hídrica, como não foi possível
632 fazer na primeira vez. E obviamente, o monitoramento. Finalizando, indo para o caminho final aqui
633 da apresentação, a proposta está embasada, obviamente, numa base legal já feita, conforme eu já
634 comentei, então o Zoneamento é esse último Decreto que vai estabelecer o Zoneamento. Ele fecha
635 um quadro normativo que começou com a PEMC (Política Estadual de Mudanças Climáticas) e,
636 em especial, nos últimos Decretos, o Decreto que instituiu a Comissão Estadual do ZEE, que teve
637 a incumbência de elaborar e depois implementar e monitorar o Zoneamento. O Decreto Estadual
638 que São Paulo adere a campanha do *Race to Zero* e *Race to Resilience*, que é São Paulo aderindo à
639 campanha internacional de uma economia de baixo carbono e um território resiliente adaptado para
640 mudanças climáticas, e o Zoneamento está lá como instrumento chave para isso, nós estamos
641 mostrando que o Zoneamento foi atento a isso. Uma diretriz era de resiliência, tem diretrizes de
642 energia, permitindo tomada de decisão para uma economia de baixo carbono. E o Decreto Estadual
643 66.002, que versou sobre como elaborar o ZEE, qual é a implementação e o acompanhamento e
644 revisão. E a Minuta de Decreto que acompanha o processo de Audiência Pública que nós estamos
645 propondo fecha esse quadro, e ele está instituído nessa estrutura, como institui o ZEE, quais são as
646 diretrizes estratégicas, que documentos compõem o ZEE, então depois a gente vai ter o capítulo do
647 Zoneamento que vai falar das 9 zonas de gestão, capítulo da implementação. Depois, falando da
648 articulação institucional e participação pública, o suporte às políticas públicas setoriais,
649 monitoramento e revisão e disposições finais. Destaco rapidamente a revisão dos indicadores e dos
650 dados a cada 4 anos, acompanhando o PPA, o Planejamento Estadual, permitindo que a cada 4 anos
651 a gente consiga ter um olhar geral do ZEE para saber se a gente está no caminho certo. E aí, depois,
652 promovendo, a cada 10 anos, uma revisão. As 9 zonas gestão, nós já estamos assumindo que se São
653 Paulo mudar o processo de governança do território com a nova proposta que está na ALESP
654 (Assembleia Legislativa de São Paulo), de divisão do território em 32 novas Unidades de Gestão,
655 regiões metropolitanas, agrupamentos urbanos, que o ZEE vai se adaptar a isso, o ZEE não vai
656 competir como uma nova estrutura de governança, ele vai dar suporte para a governança existente
657 e respeitando a inovação dela. Obviamente falando da questão da governança multitemática e
658 multinível, então respeitando o espaço dos municípios das regiões metropolitanas, falando como a
659 CEZEE deve funcionar, que ela deve se reunir pelo menos anualmente, em caráter ordinário, para
660 que as Secretarias continuem olhando o Zoneamento, atualizando os dados. Então, todas as
661 Secretarias devem fornecer anualmente um relatório e atualização dos dados para que o ZEE não
662 fique obsoleto, para que ele não fique caduco. A gente também versa sobre a rede ZEE, a plataforma
663 oficial do Zoneamento. Fala também sobre a capacitação de outras representantes da sociedade,
664 para que a gente consiga absorção da rede ZEE. A questão do Licenciamento, conforme a gente já
665 havia colocado. Monitoramento, articulação institucional, a manutenção dos espaços de diálogo,
666 que eu acho que eu passei aqui provavelmente, eu devo ter pulado. E os próximos passos na
667 Audiência Pública, então a gente vai recepcionar ainda as indicações que vocês certamente farão
668 para nós. O Zoneamento até que ele seja editado, ele vai sempre ter possibilidade de correção. Uma
669 vez, então nós vamos recolher o que a Audiência Pública trouxe, organizar, fazer as correções que
670 se mostrarem necessárias, e vamos para a plenária do CONSEMA que a gente espera que seja o
671 mais rápido possível para que o Estado tenha o Zoneamento para implementação em ato contínuo.
672 Agradeço a todos da Comissão Estadual do ZEE, das 12 Secretarias que ajudaram a fazer esse

673 trabalho, cujos nomes estão expressos. Os coordenadores temáticos e as pessoas que ajudaram os
674 técnicos de Estado, que ajudaram a fazer esse trabalho. Infelizmente, deixei de citar vários nomes,
675 mas agradeço aqui, Rosa Mancini, Kitty, Natalia, Arlete, em nome de vocês eu quero agradecer
676 todos os técnicos da carreira pública, e todos que são aqui, do Estado, que ajudaram a fazer o
677 Zoneamento Ecológico Econômico, bem como a sociedade que nos ajudou a aprimorar um
678 instrumento. Desculpa por exceder o tempo, mas a densidade técnica traz algumas exigências.
679 Obrigado, Anselmo.

680
681 **01:09:01 Anselmo Guimarães:** Obrigado, Gil Scatena, Coordenador de Planejamento Ambiental,
682 acabou passando 2 minutos e meio, 3, até que não foi... Agradeço a compreensão de todos. Muito
683 bem, muito obrigado a todos aqueles que se inscreveram, informo que já estão encerradas as
684 inscrições para se manifestar aqui, aqueles outros que quiserem, obviamente, podem continuar
685 acessando nossas plataformas, mas já temos aqui a listagem daqueles inscritos. Eu vou começar
686 então chamando para fazer uso da palavra aqueles que se inscreveram online. As inscrições
687 começaram hoje, às 9 horas da manhã, pelas plataformas online, e o primeiro inscrito, gostaria de
688 convidar para fazer uso da palavra do, já como representante do Ministério Público, convidar doutor
689 Rodrigo Sanches Garcia, ele que é do município de Campinas, vai falar pelo Ministério Público.
690 Doutor Rodrigo, seja bem-vindo, doutor Rodrigo é ex-conselheiro do CONSEMA, novamente nos
691 encontramos em uma Audiência Pública, por favor a palavra é sua, para esse momento são 5
692 minutos. Muito obrigado. Seja bem-vindo, doutor.

693
694 **01:10:20 Rodrigo Sanches Garcia (MP/SP):** Obrigado. Boa noite a todos. Obrigado, Anselmo
695 pela palavra concedida, obrigado ao Gil pela explanação do resumo do ZEE. Eu sou pronto
696 (01:10:32) aqui do GAEMA, do Grupo Regional de Meio Ambiente, do Ministério Público em
697 Campinas, então eu vou focar algumas ponderações em relação à zona 5, né? A área 5, que
698 corresponde a região administrativa de Campinas. Primeiramente queria parabenizar o trabalho. Eu
699 sei que foi um trabalho hercúleo, pelo número de reuniões, pelo número de tempo, os anos que estão
700 sendo feito esse trabalho, certamente demandou muito de todos, e é mais um instrumento de
701 planejamento. Nós, que estamos aqui numa região com um Comitê de Bacia muito atuante, é mais
702 um instrumento de planejamento importante para a gente fazer essa gestão ambiental econômica do
703 Estado de São Paulo. Bom, eu queria fazer, eu vou pontuar basicamente o caderno 8, que trata da
704 do Zoneamento das Diretrizes, onde eu encontrei algumas observações a serem feitas. A primeira
705 observação no item, isso falando especificamente, então, portanto, da região administrativa
706 Campinas 5, na página 76 do planejamento 8, no item flora e fauna eu queria observar que nós
707 temos aqui, pelo Comitê de Bacias, eu sei que a região 5 não é exclusiva do PCJ, ela pega outras
708 áreas, mas ela pega boa parte, praticamente um PCJ inteiro, e é importante que ela tem dentro da
709 questão de fauna e flora, hoje nosso plano tem um caderno específico de recomposição florestal, eu
710 acho que valeria a pena fazer menção dentro desse item flora e fauna, talvez no primeiro item de
711 implantar projetos e ações, a questão de observar o plano diretor de recomposição florestal do PCJ,
712 eu acho que isso é extremamente importante, eu acho que isso faz parte de fazer uma conexão
713 entre os diversos tipos de planejamento existentes, a simples menção ajuda a que outros façam a
714 lembrança. No item, na página 78, no item qualidade e quantidade de água, eu acho importante que

715 seria colocado, eu não sei se isso foi abordado nas reuniões as quais eu não consegui participar, mas
716 nós temos já, desde a portaria 2914, e agora no anexo 20, no caderno 20 do anexo 5, da atual portaria,
717 a questão dos planos de segurança da água. Acho que seria importante, que nesse item Qualidade e
718 Quantidade de Água fosse instado os municípios, as áreas administrativas, que elaborassem os seus
719 planos de segurança da água, porque justamente eles vão avaliar desde da qualidade da água captada
720 até a água distribuída, está diretamente relacionado a esse contexto socioambiental que o
721 Planejamento Ecológico Econômico faz. Então acho que valeria a equipe pensar se não seria o caso
722 de inserir essa obrigação desse importante instrumento, que está relacionado à saúde pública
723 também. Na questão de atividade agropecuária, na página 80, eu queria colocar o seguinte item, tem
724 um item na página 81 que ele está dizendo o seguinte, que caberia implementar projetos e ações
725 visando a exploração econômica de reservas legais e de Áreas de Preservação Permanente, APPs,
726 conforme previsto em normas legais. Ora, a região 5, ela é uma região de alta criticidade. Nós
727 estamos com as Cabeceiras do Sistema Cantareira. Eu não vejo problema do ponto de vista mais
728 técnico, de Projetos e Ações de exploração econômica de reservas legais, mas, eu acho que não
729 caberia, na minha visão, que um instrumento de Planejamento do Estado fizesse algum grau de
730 incentivo para a exploração econômica de Áreas de Preservação Permanente. Aqui nós temos uma
731 característica nessa bacia hidrográfica, de que as captações de abastecimento são basicamente
732 superficiais, e as APPs funcionam claramente como um filtro para a manutenção da qualidade da
733 água desses corpos hídricos. Se você cria, dentro de um instrumento de Planejamento Ecológico
734 Econômico, você cria um incentivo, de alguma forma, a projetos e ações de exploração econômica
735 em APPs, eu acredito que você está, na verdade, mesmo que legalmente isso haja a possibilidade,
736 eu não acho que isso deva ser um incentivo do Estado, porque nós devemos fazer com que essas
737 áreas ficassem integralmente protegidas. Outro item importante, na página 82, aí não é um
738 acréscimo, é uma retirada, acho que houve um erro aí na colocação que, no sexto item da página 82
739 está dizendo assim, buscar a compatibilização dos critérios de outorga para a bacia do Rio Grande
740 como um todo, a nossa região não tem Bacia do Rio Grande, não está nessa região hidrográfica,
741 salvo melhor juízo, então precisaria fazer uma revisão sobre esse item de compatibilização de
742 critérios de outorga para a Bacia do Rio Grande. Um outro item, por último, encerrando a minha
743 fala, é que no último item da página 82, referente a agricultura, tem o último item ele fala assim,
744 desenvolver estratégias de incentivo à apicultura, considerando o papel dos polinizadores na
745 produção de alimentos, no equilíbrio da biodiversidade, no aumento da produtividade agrícola. Me
746 parece que, do ponto de vista técnico, melhor seria estratégias de incentivo à meliponicultura, ou
747 seja, a cultura de abelhas nativas sem ferrão, porque a apicultura ela é tecnicamente identificada
748 com APIs melífera, que são as exóticas africanas, então, novamente, como um instrumento de
749 incentivo do Estado, é melhor que, tecnicamente, se inserisse o incentivo a meliponicultura, ou seja,
750 de abelhas nativas, ou seja, o Estado incrementar, fomentar a criação de abelhas nativas, esta sim
751 como polinizadores naturais, não que as africanas não sejam, mas polinizadores não exóticas do
752 nosso sistema de flora, tá? Só essas observações que eu gostaria de trazer aqui para que a equipe
753 depois faça uma avaliação. Agradeço, Anselmo. Muito obrigado.

754

755 **01:17:51 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Esse foi Rodrigo Garcia, do Ministério Público
756 de São Paulo, muito obrigado pela participação. Gostaria de convidar aqui já, na sequência, então

757 também, como representante do Ministério Público, do município de Piracicaba, o doutor Ivan
758 Carneiro Castanheiro. Muito obrigado pela presença, doutor Ivan, seja bem-vindo. A palavra é sua.
759 Também são 5 minutos. Obrigado.

760
761 **01:18:16 Ivan Carneiro Castanheiro (MP/SP):** Obrigado, Anselmo. Cumprimentar Gil Scatena
762 e toda equipe pelo trabalho realizado. As colocações que eu vou fazer agora, assim, não são
763 detalhistas, eu confesso que eu não tive condições de analisar esse plano apresentado, o esboço de
764 Zoneamento Ecológico Econômico na íntegra, mas, eu, rapidamente, verificando uma citação de
765 região metropolitana e de aglomeração urbana, o próprio quadro apresentado pelo Gil falava na
766 questão do PDUI (Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado), e aí um questionamento que eu
767 faço é, até que ponto essa regionalização vai ser acompanhada dentro das regiões metropolitanas e
768 aglomerações urbanas, até que ponto isso vai ser compatível, esse ZEE proposto agora? Tudo bem,
769 daqui 10 anos ele poderá ser revisado, mas com essa redivisão dessas 32 Zonas de Gestão, áreas de
770 gestão que estão sendo previstas pelo Estado, e aí, Piracicaba, ela deixa de estar vinculada a
771 Campinas para estar numa outra. A gente atua aqui não só pelo município de Piracicaba, mas pela
772 bacia hidrográfica do Piracicaba, que envolve 22 municípios. Estamos aqui na recém-criada região
773 metropolitana de Piracicaba, agora em 2021, e esses cenários poderiam ser elaborados que o Gil
774 mencionou, os levantamentos por município, eu pergunto se isso é extensível, se é possível
775 facilmente fazer essa pesquisa por região, por região metropolitana ou por aglomeração urbana, que
776 estão sendo previstas outras, né? Na questão do saneamento básico, a gente está aqui hoje, inclusive,
777 a Cetesb fez uma apresentação para a gente no âmbito do Comitê de Bacias Hidrográficas da
778 Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico, e a gente está assim, em um dos piores cenários
779 da bacia como um todo, com poluições pontuais, poluições difusas. E aí a questão do saneamento,
780 do tratamento do esgoto, com a previsão de terciárias. Eu vi que isso está incluso no saneamento,
781 mas esse tratamento mais rigoroso e alguma restrição a ligação disso com os planos de bacia, a
782 ligação disso com a questão do enquadramento dos corpos hídricos, que poderia, de alguma forma,
783 reduzir um pouco a possibilidade de investimentos para garantia de qualidade de água e, por tabela,
784 uma das grandes diretrizes do Zoneamento Ecológico Econômico, que seria justamente o
785 enfrentamento da crise hídrica, da disponibilidade hídrica, gerando essa segurança hídrica. Então,
786 são base de dados que precisariam ser bastante compatibilizadas, então é uma pergunta, se isso vai
787 ser possível, se já há previsão, se há necessidade de adequação. Rodrigo mencionou aqui o Plano
788 Diretor de Recomposição Florestal, essa ideia de recomposição de reflorestamento, aliás, de
789 nascentes, seria bastante importante. Instrumentos como o PSA, que já é da política estadual, e
790 também é da política, aqui do Comitê de Bacias Hidrográficas. A regionalização também em nível
791 de resíduos sólidos, ainda dentro dessa base do saneamento, sabendo do grau de contaminação de
792 águas subterrâneas, de lençol freático, e acaba comprometendo essa vertente da segurança hídrica.
793 Foi colocado aqui pelo Gil essa possibilidade de subdivisão aqui em sub Unidades Regionais de
794 Recursos Hídricos, Sub UGRHI, de que forma isso, na prática, vai se conjugar com todos esses
795 outros planos? Com o PDUI, com a adaptação de planos diretores, em que medida esse
796 replanejamento que está sendo feito pelo estado, até porque, até onde a gente sabe, as Unidades
797 Regionais de Água e Esgoto, as denominadas URAEs, lá da lei 17.383, é um projeto que parece não
798 ter dado certo, que está sendo readequado, então houve aí essa redução de 16 regiões para 9, mas

799 ao mesmo tempo, o Estado recoloca a possibilidade de divisão de 32 Unidades. Então, eu gostaria
800 apenas de ressaltar essas questões, então, já resumindo, tudo que foi dito na compatibilização com
801 o PDUI, com o Plano de Bacias, com o Plano Diretor de Recomposição Florestal, nessa vertente,
802 água, o que é que a gente mais tem atuado ao lado da questão de Reserva Legal, endosso o que o
803 Rodrigo falou, de não ter um incentivo da exploração de APP dentro desse Plano. Obrigado aí,
804 Anselmo pela oportunidade.

805
806 **01:23:11 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, doutor Ivan Carneiro Castanheiro, aqui
807 representante do Ministério Público, muito obrigado pela participação de ambos, tanto do doutor
808 Rodrigo quanto do doutor Ivan. É sempre importante ter a participação do Ministério Público. Bom,
809 vamos passar então agora o segmento de representantes de entidades da sociedade civil. Nós temos
810 as nossas listagens aqui que foram encaminhadas. Fazer um registro de que a Mônica de Toledo e
811 Silva Spegiorin, do município de Ubatuba, ela informou que ela havia se inscrito, mas ela não vai
812 registrar aqui, ela pediu para retirar o nome. Obrigado, Mônica, pela participação. Gostaria agora
813 de convidar o próximo inscrito que é Adriano de Oliveira. Ele se inscreveu, ele é da INCOESP
814 (Cooperativa das Indústrias Cerâmicas do Oeste Paulista), do município de Panorama. Ele se
815 inscreveu online. Não sei se já entrou aqui na videoconferência. Ele não entrou, caso entre durante
816 o decorrer dos trabalhos, é só informar que a gente já chama novamente ao Adriano de Oliveira. A
817 próxima inscrita é Fernanda Maria Abílio, da entidade Florestar, do município de São Paulo.
818 Fernanda Abílio está na nossa plataforma de videoconferência, peço então que se manifeste, se
819 possível, abrir a câmera para a gente poder deixar devidamente registrado. Da mesma forma, então
820 fica aqui o registro, caso ela entre na videoconferência a gente chama novamente. Temos uma
821 manifestação que foi encaminhada por escrito, da Renata Fernandes Vieira Camargo. Ela, que
822 representa a ÚNICA, eu vou efetuar aqui a leitura. Ela escreve assim: *No documento, o Zoneamento
823 e Diretrizes Aplicáveis para o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de São Paulo - ZEE -
824 SP, versão julho de 2022, foi incluído o seguinte texto, entre as diretrizes, páginas 21, 70, 93 e 130,
825 “desenvolver normas específicas, estaduais ou municipais, que coíbam uso de agrotóxicos nos
826 períodos de florescimento das lavouras, a fim de prevenir a mortandade de abelhas”. Não compete
827 ao Zoneamento orientar ou estimular quanto a formulação legislativa, trata-se de redação
828 imprópria para o objetivo de que se pretende em um Zoneamento orientativo. É absolutamente
829 inviável no contexto do manejo complexo que temos no Brasil, em especial no Estado de São Paulo,
830 com culturas diferentes, com florescimento em períodos diferentes, determinar que seja coibido o
831 uso de agrotóxicos. Não compete ao ZEE manifestações desse caráter, sem o necessário
832 fundamento técnico e sem ampla discussão nos mais diferentes níveis. Sugere-se a exclusão. Da
833 mesma forma, foi incluído como diretriz que “desenvolver um programa conjunto entre a Secretaria
834 de Agricultura e Abastecimento e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente para
835 monitoramento e fiscalização do cumprimento das normas da aviação agrícola, a ser implementado
836 pela Defesa Agropecuária, a fim de verificar o cumprimento da instrução normativa, mapa número
837 2, de 03 de janeiro de 2008, e outras normas associadas”. Ocorre que a competência de fiscalização
838 sobre o uso de agrotóxicos foi conferida à Secretaria de Agricultura, ainda que sob a tutela de um
839 programa conjunto entre Agricultura e Infraestrutura e Meio Ambiente, cada qual deve manter as
840 suas respectivas competências legais. Sugere-se a exclusão. Essa então foi Renata Camargo,*

841 representando a ÚNICA. Obrigado pela participação da Renata Camargo. Tem um recado aqui.
842 Fernanda, só um momento, por gentileza. A Fernanda Abílio escreveu aqui no chat da plataforma
843 que está com a conexão instável, tinha pedido a palavra, mas estou cedendo a fala, estou de acordo
844 com o posicionamento da ÚNICA. Essa foi uma manifestação, portanto, aqui registrado da
845 Fernanda Abílio, obrigado pela participação. Continuando, então no segmento de representantes da
846 sociedade civil, está aqui conosco, presencial, Ricardo Vollbrecht do SINDAG, Sindicato Rural de
847 Empresas de Aviação Agrícola. É o primeiro a se manifestar aqui presencialmente, por favor, eu
848 peço a todos aqueles que se dirigiam aqui ao púlpito, a tribuna, fazer uso da palavra. Então, são 5
849 minutos, fique a vontade, obrigado.

850
851 **01:28:19 Ricardo Vollbrecht (SINDAG):** Muito obrigado, secretário Anselmo Guimarães, pelo
852 qual saúdo a todos os demais participantes dessa Audiência. Nós tivemos a oportunidade de nos
853 manifestarmos anteriormente nas reuniões bilaterais, as quais eu também faço questão de elogiar,
854 pelo caráter democrático, transparente, e por isso tomamos a liberdade de vir aqui, aproveitar esse
855 momento presencial. E em nome do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola, mais
856 uma vez, nos manifestar em torno de algumas diretrizes que estão fixadas especificamente para
857 Aviação Agrícola em 4 zonas específicas. A zona número 1, Central, Barretos, Franca e Ribeirão
858 Preto. Zona 4, Itapeva e Sorocaba. Zona 6, que é de Registro, que é uma região, cabe ressaltar, de
859 produção de banana, então, demanda bastante da pulverização aérea, e surpreendentemente, no
860 nosso mal entender, região metropolitana de São Paulo, onde a princípio não conheço a atividade
861 de aviação agrícola aqui na região metropolitana, embora conste, então, uma diretriz em cada uma
862 dessas regiões, estabelecendo algo que a doutora Renata também já se manifestou por escrito com
863 relação a desenvolver um programa conjunto entre a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, a
864 Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente para monitoramento e fiscalização do cumprimento
865 das normas da Aviação Agrícola, a ser implementado pela Defesa Agropecuária, a fim de verificar
866 o cumprimento da instrução normativa do Ministério da Agricultura e outras normas associadas.
867 Então, o primeiro ponto a ressaltar é que a aviação agrícola, que trabalha no Brasil há 75 anos, ela
868 tem uma ampla atividade, ela aplica defensivos, sim, aplica fertilizantes, faz semeadura, faz
869 adubação, combate a incêndios, então, me parece que simplesmente falar só Aviação Agrícola e eu
870 hoje, inclusive, hoje, ou mais modernamente, inclui também as aeronaves não tripuladas, os drone,
871 que estão se somando, então, talvez esses estejam atuando aqui na região metropolitana, estão já me
872 corrigindo, então talvez o foco seja aí, mas, enfim, me parece que ficou muito amplo, e no meu
873 modesto entendimento do Sindicato, não me parece, até mesmo necessária esse tipo de norma,
874 porque, veja, as secretarias querem fiscalizar normas do Ministério da Agricultura, o Ministério da
875 Agricultura já tem uma estrutura para isso, já fiscaliza o cumprimento dessas normas. Então, até
876 mesmo pelo princípio da eficiência, creio no meu modesto entendimento, que esses casos,
877 secretarias estaduais, há tantas outras atividades para os quais elas devem somar esforços, e não, no
878 meu modo de entender, a Aviação Agrícola que, como já a própria diretriz menciona, tem regras
879 próprias do Ministério da Agricultura. Então me parece que há, sim, uma perda de força, quase um
880 desperdício, acho que é um exagero dizer, mas assim, há focos que me parece que a Secretaria, e
881 para não haver aquela sobreposição de trabalhos, que é uma coisa que tanto a administração pública
882 moderna combate, então não nos parece necessária essa diretriz, e como eu já disse também, a

883 doutora Renata, não seria competência da Secretaria do SIMA, e sim, pela Legislação Federal, no
884 máximo a Secretaria da Agricultura que fiscaliza a questão da utilização de agrotóxicos, de modo
885 que reiteramos uma manifestação que já fizemos por escrito na fase anterior, da desnecessidade, até
886 mesmo da desatualização dessa diretriz, e assim, indo a um extremo mais jurídico, eu poderia até
887 concluir pela ilegalidade dessa diretrizes, então, a nossa sugestão é que ela seja retirada para que,
888 enfim, toda a estrutura da Secretaria seja focada naquelas atividades que necessitam de fato, de
889 monitoramento, diferentes da Aviação Agrícola, como disse que já tem por parte do Ministério da
890 Agricultura. Não controlei o tempo aqui. Perdão, secretário, espero não ter ultrapassado. Muito
891 obrigado pela oportunidade, mais uma vez, parabéns pelo trabalho, parabéns pelo caráter
892 democrático, respeitoso e transparente do trabalho da comissão com relação ao Zoneamento.
893 Obrigado.

894
895 **01:33:27 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado pela participação de Ricardo Vollbrecht, também
896 representante de entidades da sociedade civil. Prosseguindo, gostaria de chamar para fazer uso da
897 palavra, agora, também como representante da sociedade civil, convidar, pela ordem, só um
898 momento, por gentileza. Pela ordem, gostaria de chamar Liv Nakashima, que está aqui
899 representando a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Obrigado, vai passar,
900 muito obrigado. Ela está aqui conosco. Obrigado pela participação. Um momento, por gentileza.
901 Agora eu vou chamar Olivar Mariano. Ele é da entidade GOAS (Grupo de Orientação e Assistência
902 a Saúde) do município de Osasco. Ele optou por fazer a participação de maneira virtual, então já
903 convido para fazer o uso da palavra, se ele estiver aqui presente. Então fica aqui o registro, nós
904 chamamos para fazer uso da palavra do Olivar Mariano, da entidade GOAS, caso ele entre durante
905 o... Perfeito, muito obrigado. Ele informou, então o Olivar ele está aqui presente, está
906 acompanhando e retirou o nome. Muito obrigado pela participação. Agradecemos ao Olivar. Vamos
907 passar o segmento agora de pessoas físicas que estão aqui falando em nome próprio. Então, eu
908 gostaria de, pela ordem, começar chamando para fazer uso da palavra Carlos Renato Marques
909 Rouxinol. Ele que é do município de Cotia. Na sequência, eu vou falando os nomes aqui pela ordem,
910 então aqueles que foram sendo chamados podem já ir se preparando, então eu vou falar aqui do
911 segmento de pessoas físicas, além do Carlos Renato, na sequência nós temos Elidiana Keshe, depois
912 Daniela Demétrio, Patrícia Pedullo Reis, Selene Yuasa, Paulo Rodolfo Martins Siqueira, Ulysses
913 Berberian Miguez, Dóris, Daniela de Paiva Casadei, Paula Regina Bonjorno e Luiz Souza Lima da
914 Silva Carvalho. Então, esses são os inscritos no segmento de pessoa física, além dos presenciais,
915 Daniela Demétrio e Lidi que já foram informadas também. Ótimo, perfeito. Eu vou chamar então
916 aqueles que eu falei pela ordem, então o Carlos Eduardo, ele não entrou, então vou chamar Lidi
917 Keshe. Elidiana Keshe, da Tamoio de Ubatuba, por favor, fique à vontade, peço que venha aqui na
918 tribuna, e, na sequência, Daniela Ertel Demétrio. 3 minutos. Muito obrigado pela presença, então,
919 Lidi Keshe, fique à vontade, obrigado. São 3 minutos.

920
921 **01:36:43 Elidiana Keshe (Tamoio de Ubatuba):** Boa noite a todos. Diferente da maioria aqui, eu
922 não tenho nenhuma especificação política ou em alguma área ambiental, a não ser o voluntariado
923 que a gente faz no Grupo Tamoio, Grupo de Voluntários. Não somos ONG, e não temos a pretensão
924 de ser, para estimular o voluntariado voltado à educação ambiental na cidade. Dentro das questões

925 que nós temos vivenciado em Ubatuba, que foi mencionada dentro do litoral norte, primeiro, a gente
926 não sabe qual o mapeamento a gente segue, a gente não sabe se é o GERCO, a gente não sabe se é
927 o Plano Diretor que está sendo revisado. A gente está muito perdido, na verdade, trouxe algumas
928 questões. Água, foi falado de água e do cuidado com a água. Nós temos três rios centrais em
929 Ubatuba, Tavares, Grande e Acaraú. Todos eles recebem resíduos, águas negras, diretamente das
930 casas ali do entorno do rio, junto às águas de tratamento das centrais de tratamento tratados. Os
931 nossos rios de Ubatuba, eles não são rios fluentes, eles são rios como lagoas, mangues, e esses rios
932 na cheia, a cheia prensa essa água dentro dos rios, e todos esses dejetos ficam lá em nós já temos
933 um rio semimorto, que é o Acaraú. Nós não aceitamos a morte desse Rio. OK, uma cidade turística
934 que vem sendo degradada numa palavra, que venho usando essa palavra, que se chama progresso
935 da forma desrespeitosa com os moradores e pessoas que gostam de frequentar Ubatuba. Ubatuba é
936 o Paraíso na Terra. Mais de 100 praias, cachoeiras, lugar insano, lindo. O que acontece, a construção
937 civil chegou com tudo. Estão devastando a cidade e usando o mapa que lhes convém. São 140
938 prédios subindo atualmente, a Sabesp está fazendo o possível. Estive com Fábio, da Sabesp, essa
939 semana. Eles falaram que estão fazendo o possível, mas como a estrutura geográfica da cidade não
940 permite que a algumas áreas chegue tão rápido essa estrutura necessária, e a estrutura que já está
941 sendo atendida está contaminando o rio por conta da quantidade de água. Nossos rios não suportam
942 nem chuva, quanto mais... Então, essas águas de tratamento tem que ser, se realmente tratadas,
943 porque nos tiraram a Cetesb. Eu deixo aqui também minha indignação e pedido a todos os
944 promotores presentes, juízes e todos os que podem solucionar que olhem por Ubatuba. Precisamos
945 urgentemente do retorno da Cetesb, porque nossas praias estão contaminadas, a balneabilidade
946 comprometida, a nossa situação de economia social está danificada por conta dessa politicagem que
947 vem sendo feita em Ubatuba, justificada como progresso. Progresso não é isso, minha gente. Essa
948 semana ficamos sabendo que, em Ubatuba, está sendo minerada, mineração em Ubatuba. Ubatuba
949 é a cidade que tem maior quantidade de Mata Atlântica restante, de todo o restante, que é menos de
950 5%, 3% estão em Ubatuba. Mas não admitimos mais que seja. Eu tenho imagens, trouxe vídeos.
951 Depois, gostaria de apresentar, deixar tudo que tenho e pedir socorro. Como sociedade civil, como
952 cidadã, pedir socorro, porque a gente não sabe mais a quem. Ontem mesmo, o vereador falou para
953 mim, a gente usa o mapa que é conveniente para que o progresso chegue. Por último, prédios no
954 lugar de floresta, vegetação nativa sendo cortada nos finais de semana, falta de fiscalização, já
955 mencionei, não sabemos qual é o mapa de Zoneamento que que Ubatuba segue. Vi aqui que tem
956 um número, Zona 9, que fala-se das comunidades tradicionais, precisam realmente, não as
957 representam, né? A gente tem que deixar o lugar de fala de quem é, mas que olhem realmente por
958 esses lugares. E deixar aqui a pergunta, como ZEE pode ser aplicado em uma cidade que está em
959 plano de revisão, está em revisão de Plano Diretor, com essa catástrofe já instaurada desses
960 licenciamentos desses prédios todos que faltam dentro de todas as licenças que os prédios precisam,
961 e não só prédios, invasões, porque o que acontece, o trabalhador tem que trabalhar no prédio, ele
962 comprou um terreno de 20 mil reais de grileiro, e se estabelece nessas áreas. Então, a gente está
963 sendo a floresta devastada e nossas águas contaminadas, águas contaminadas, balneabilidade
964 contaminada, a gente perde uma cidade que acho que... Me dei aqui no tempo né, gente? Perdão se
965 eu ultrapassei.

967 **01:41:05 Anselmo Guimarães:** Imagina. Agradeço pela participação da Elidiana Keshe, a Lidi.
968 Muito obrigado pela participação, ela que veio do município de Ubatuba. Gostaria de convidar
969 agora, na sequência, para fazer o uso da palavra, a Daniela Erthal Demétrio, ela está aqui conosco.
970 Vou pedir então para se dirigir aqui a tribuna. Muito obrigado Daniela pela participação, Daniela,
971 também do município de Ubatuba, fica à vontade, por favor.

972
973 **01:41:34 Daniela Erthal Demétrio:** Ela já falou tudo que eu queria, mas eu queria só adicionar
974 um ponto pedindo que vocês coloquem, em algum lugar escrito, se possível, essa lei que o mapa
975 Estadual que está acima, se é verdade, está acima do município, ele tem seguir, desde que seja mais
976 restrito a lei. Se possível estar em algum lugar. E eu gostaria da resposta, quando que a gente vai
977 receber, é hoje mesmo? É só isso.

978
979 **01:42:07 Anselmo Guimarães:** Isso, exatamente. Muito obrigado. Então, Daniela Erthal Demétrio,
980 obrigado. Depois de todas as falas, vai ter um momento então de respostas e comentários gerais.
981 Muito obrigado pela participação. Gostaria de convidar agora para fazer uso da palavra a Patrícia
982 Pedullo Reis, também do município de Ubatuba. Patrícia Pedullo Reis. Vou chamar então, o
983 próximo nome, é a Selene Yuasa. A Selene, ela tá aqui na nossa plataforma de videoconferência,
984 ela não vai fazer uso da palavra, registrou aqui. Muito obrigado pela participação, Selene, de
985 qualquer forma.

986
987 **01:42:50 Selene Yuasa:** Oi, eu só fiz um questionamento aí para cima. Boa noite a todos. Eu queria
988 dar os parabéns para toda equipe. É um trabalho exaustivo, complexo e bastante trabalhoso. Eu só
989 gostaria de entender, porque assim, a hora que estava sendo apresentado, que foi falado que não se
990 utilizaria os parâmetros de uso neste Plano Diretor. Eu queria entender mais ou menos o que se quer
991 dizer com isso, porque a gente aqui em Ubatuba, a gente trabalha com o mapa do Zoneamento
992 Ecológico Econômico, exatamente verificando que tipo de uso cada região no próprio mapa pode
993 ser feito de acordo com o determinado neste Zoneamento. Então eu não entendi muito bem o que
994 se quis dizer com isso. Eu gostaria que ao final fosse explicado.

995
996 **01:43:57 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado pela participação da Selene Yuasa. Muito obrigado
997 pela presença aqui. Continuar chamando, a próxima pessoa inscrita é Paulo Rodolfo Martins
998 Siqueira. Ele é do município de Itaí. Ele optou fazer a participação online. Depois do Paulo, nós
999 teremos o Ulysses Berberian Miguez, ele é do município também de Ubatuba. Eu vou registrar o
1000 nome, caso ele... Tem algumas pessoas que, muitas vezes, já foi contemplado o questionamento
1001 durante a Audiência Pública, também, às vezes, caso queira, por favor, sinalize aqui que a gente
1002 abre a palavra. A próxima inscrita é Dóris, de Ubatuba também. Próxima inscrição, Daniela de
1003 Paiva Casadei, município de Ubatuba. Ah, entendi. Perfeito. Dessas pessoas que nós já chamamos,
1004 não sei se vocês estão em contato, essas pessoas que nós chamamos o nome e que já se inscreveram
1005 e que não conseguiram, se quiser, mandem por e-mail que a gente tenta ler aqui. Dóris Raquel, é
1006 isso? Se caso quiser encaminhar por escrito, pode mandar mensagem, pode mandar aqui no chat ou
1007 por e-mail, pode ser o e-mail do CONSEMA, que é fácil, é consema@sp.gov.br. Ótimo, perfeito
1008 também, vai ficar tudo registrado nos autos, quando for, obviamente, encaminhado para as próximas

1009 etapas, todo esse material vai estar registrado, tudo aquilo que foi colocado aqui na Audiência
1010 Pública quanto esse material que for encaminhado por escrito, todas essas contribuições. Vou
1011 convidar, então, Luiz Souza Lima da Silva Carvalho. Perdão, antes do Luiz, pela ordem, é Paula
1012 Regina Bonjorno. A Paula, eu sei que ela está aqui também na plataforma de videoconferência. Boa
1013 noite, Paula. Seja bem-vinda, obrigado pela participação. Então, para esse momento são 3 minutos,
1014 fica à vontade.

1015
1016 **01:46:59 Paula Bonjorno:** Olá, boa noite. Antes de mais nada, queria agradecer muito toda essa
1017 equipe que está fazendo esse trabalho maravilhoso. Alguns integrantes, eu tive o prazer de conhecer
1018 pessoalmente. Também parabenizar o Gil pela introdução rica e cheia de detalhes, e também
1019 parabenizar a todos os meus conterrâneos ubatubenses que estão nessa reunião hoje, que nós
1020 estamos aí muito preocupados com a situação de Ubatuba, como teve a fala da outra moça Lidi, e o
1021 que eu acho que a gente tem que deixar marcado nessa Audiência Pública é a questão que Ubatuba,
1022 ela é quase 80% Parque Estadual, e nós temos, então, essa situação de gestão complicadíssima aqui,
1023 porque você não consegue fazer nenhum tipo de denúncia, você fica vendo as áreas de parques
1024 sendo invadidas. Quando a gente fala de segurança hídrica, a gente tem que pensar também nessa
1025 questão que aqui é o último remanescente do estado da Mata Atlântica, então leis não faltam para a
1026 proteção dessa área. Nós não vemos aqui a atuação do Estado no que tange a fiscalização de todo
1027 esse bem genético, tudo que inclui aí esse bioma da Mata Atlântica. Então, a gente fica vendo aqui
1028 as invasões, os números estão aí para qualquer um que quiser ver, a cidade está assim, crescendo
1029 num desordenamento enorme desde que nós tivemos o outro Zoneamento Ecológico a gente teve
1030 muito mais entrada de prédios e mais prédios de uma forma irregular, a questão de saneamento
1031 básico nunca sendo discutida, então assim, não sou contra o desenvolvimento, mas tem que ser
1032 ordenado, tem que ser de uma forma sustentável para que a gente exatamente faça a fala do Gil,
1033 realmente sair da fala e ir para a prática. Nós precisamos ter essa segurança hídrica para a gente
1034 manter a balneabilidade desse lugar maravilhoso, que é um recanto para todos os Paulistas, todos
1035 os brasileiros, todas as pessoas do nosso planeta, para que eles tenham essa experiência de estar
1036 aqui e, em especial, para os animais, para as plantas, para todos que já estavam aqui antes do que a
1037 gente, para as comunidades tradicionais. Nós somos o terceiro maior produtor de pescado do Estado
1038 de São Paulo, e só não somos o segundo porque nós não temos interpostos, nós não temos condições
1039 de estar conseguindo organizar essa questão do escoamento da pesca, enfim, e então nós sentimos
1040 assim muita falta realmente do Estado, pois a prefeitura sempre acaba jogando essa bola: *olha, a*
1041 *gente não pode ir lá, porque ali é área do estado. Olha ali não é mais a minha área.* Nós vemos
1042 que a gente tem um contingente policial mesmo, de Polícia Ambiental Municipal muito pouco para
1043 o tamanho da área, para o tamanho dos nossos problemas aqui, nós somos um município também
1044 que é divisor de estado, então nós temos todo esse fluxo do Rio de Janeiro, vindo diretamente para
1045 cá, e, enfim. E o que eu gostaria de deixar nessa Audiência é isso, é exatamente o que a outra menina
1046 de Ubatuba comentou, nós precisamos do Estado atuando e nos ajudando a proteger o que a gente,
1047 que mora aqui, que não tem hospital, que não tenha nenhuma segurança da saúde. Quem está aqui
1048 sabe como é que é, até uma mordida de cachorro para você tomar uma vacina antirrábica é assim,
1049 não tem, você tem que ficar 8 horas numa Santa Casa e sair sem um mero curativo. Então, quem
1050 mora aqui já também está adequado, e a gente está tentando fazer nosso máximo, mas nós queremos

1051 ver o Estado. Ele quer mudar o Zoneamento, ele quer trazer toda essa fala maravilhosa do Gil na
1052 prática, nós precisamos de polícia, de fiscalização. Nós não aguentamos mais a invasão irregular
1053 desse município, aonde mais de 60% do município é invasão irregular. Os núcleos de Regularização
1054 Fundiária só aumentam. Eram 100, já se passou para 130 em 2 anos, e a gente não vê atuação do
1055 poder público para tentar conter a invasão irregular, porque ela se dá, em especial, nas áreas
1056 próximas aos rios impactando diretamente no recurso hídrico, e ainda para piorar, há muitas áreas
1057 que é só você vim ver no centro da cidade, do lado do nosso casarão emblemático da Fundarte,
1058 aonde Dom Pedro II fez de lá o seu escritório, a gente olha para rua do lado e a gente vê os caninhos
1059 saindo das casas com fezes humanas direto da privada para o rio. Isso é um despautério, então eu
1060 acho que vamos falar de um progresso ordenado, de um progresso sustentável. Não conseguimos
1061 conter os avanços. Precisamos, como Gil disse, unir a questão que todo mundo quer se alimentar.
1062 A questão da agricultura, junto com o meio ambiente, mas precisamos de ordenamento, não dá,
1063 muitos mapas, muitos Zoneamento, tantas leis, e a gente se perde quando você vai para os nossos
1064 representantes aqui na Câmara Legislativa, cada um fala uma coisa. Na prefeitura, cada um fala
1065 uma coisa. Então você, por mais literado que você seja, você não consegue. Então, esse é só um
1066 apelo que nós fazemos para vocês que são as pessoas que estão nessa coordenação direta. Obrigado
1067 pela atenção, gente

1068
1069 **01:43:57 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado pela participação da Paula Bonjorno, obrigado
1070 Paula, por estar aqui conosco e poder contribuir nesse momento importante. Bom, o próximo
1071 inscrito, antes da gente passar, então para o próximo segmento, eu vou convidar para fazer uso da
1072 palavra, doutor Carlos Sanseverino. Sanseverino é conselheiro do CONSEMA, e também
1073 representante da Ordem dos Advogados do Brasil. Ele optou por fazer a fala aqui no segmento como
1074 pessoa física, porque ele vai precisar até se ausentar. Então, nesse momento, abro a palavra aqui
1075 para o Sanseverino. Na sequência, nós passaremos ao próximo segmento, que é o representante de
1076 Órgãos Públicos. Então tem alguns inscritos aqui também, que eu vou passar o nome deles na
1077 sequência. Por favor, Sanseverino, seja bem-vindo. Muito obrigado pela participação.

1078
1079 **01:54:15 Carlos Sanseverino (OAB):** Muito bem, boa noite a todos. Cumprimentando aqui o
1080 secretário Fernando Chucre. Para quem não sabe, fez aniversário ontem. O secretário adjunto,
1081 secretário do CONSEMA, senhores conselheiros, senhores presentes. Queria, antes de mais nada,
1082 registrar um elogio ao trabalho do Gil Scatena, sempre de extrema competência, bem como estender
1083 esse elogio a Kitty, a Rosa, Arlete. Nós, da Ordem dos Advogados do Brasil temos um respeito pela
1084 competência técnica do time da Cetesb, do time da Secretaria do Meio Ambiente que vem
1085 construindo sim, com muita competência. Estou no CONSEMA desde 2003, portanto, entrei várias
1086 gestões, desde o Goldemberg e acompanho a seriedade do trabalho da equipe da Cetesb. Então
1087 registro aqui o meu elogio pessoal e em nome da minha instituição. Quero só deixar aqui uma única
1088 questão de preocupação, e até aproveitando a presença de membros do Ministério Público, acho que
1089 todos aqui sabem, se não sabem diretamente, lembram, o Brasil hoje com perto de 213 milhões de
1090 brasileiros, nós temos quase 100 milhões de processos agora, segundo o CNJ (Conselho Nacional
1091 de Justiça) estamos passando de 100 milhões. É um país de maior beligerância do planeta, com 4º
1092 de distância. É muito importante que as contribuições da sociedade civil, mormente do Ministério

1093 Público, como custos legis, sejam feitas nesta égide preliminar de Audiências Públicas, a evitar
1094 posteriormente a judicialização. E aqui eu gostaria de solicitar, de solicitar, não, de recomendar ao
1095 Gil que houvesse um aprofundamento da integração da legislação que está sendo trazida para debate
1096 com a sociedade civil, com os Planos Diretores das cidades, porque muitas vezes nós deparamos,
1097 em inúmeras circunstâncias, com contradições entre o Zoneamento Ecológico Econômico e os
1098 Planos Diretores. Sobre este tema, eu apreciaria um aprofundamento, eu coloco, não só a bancada
1099 da OAB, os advogados que são especialistas no tema, para eventualmente oferecerem contribuições
1100 de aperfeiçoamento. Era essa nossa participação, cumprimentando a todos, especialmente no eixo
1101 da Audiência Pública, que sempre é um ato republicano. Muito obrigado, senhor secretário, doutor
1102 Anselmo, pela oportunidade da participação.

1103
1104 **01:56:43 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, então, a Carlos Sanseverino, pela participação. E
1105 com isso, a gente encerra aqui esse segmento de pessoas físicas que falam aqui, nesse momento.

1106
1107 **01:57:04 Selene Yuasa:** Oi, só um minutinho. É Selene Yuasa, de Ubatuba. Eu faço parte do Fórum
1108 Popular de Políticas Públicas de Ubatuba, e na verdade, assim, o pessoal que é dos povos
1109 tradicionais, eles não estão conseguindo entrar. Não sei por que motivo, eles me pediram para fazer
1110 uma proposta de representação indígena, quilombola e caiçara nas instâncias de participação do
1111 ZEE, bem como de reconhecimento dos territórios tradicionais mediante um zoneamento especial.
1112 Então, eles pedem isso através daqui da minha pessoa, então, muito obrigada.

1113
1114 **01:57:43 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado pela participação, pelo esclarecimento. Fica então
1115 registrado aqui. Vamos passar agora aqueles que se inscreveram para falar como entidades públicas,
1116 órgãos de entidades públicas. Nós temos aqui alguns nomes, os quais eu vou discorrer e vou
1117 chamando. Caso tenha alguma correção a fazer, por favor, nos informe também. Então nós temos
1118 Tupi Rodrigues Cunha, do Município de Santos, depois, na sequência, Marcelo Pereira Manara,
1119 Josie Hollanda, Alan Clemente e Olivar... Olivar nós já tínhamos chamado aqui como sociedade
1120 civil. Então, imediatamente, já passo a palavra para o Tupi Rodrigues Cunha, representa a
1121 ASSECOB (Associação dos Construtores da Baixada Santista), do município de Santos. Por favor,
1122 Tupi, ele está aqui na plataforma de videoconferência, se for possível, caso a rede obviamente assim
1123 o permitir, se puder abrir a câmera, fica registrado para todos. Obrigado, Tupi.

1124
1125 **01:58:56 Tupi Rodrigues Cunha (ASSECOB):** Boa noite. Além de representante da Associação
1126 dos Construtores da Baixada Santista, eu faço parte do grupo setorial do do Zoneamento Ecológico
1127 Econômico para a Baixada Santista. Eu gostaria só de fazer 2 questões que estão relacionadas ao
1128 Zoneamento da Baixada Santista, mas que podem ser uma contribuição ou alguma constatação
1129 relacionada às outras zonas que estão no ZEE Estadual, que foi e que está sendo proposto. Uma das
1130 coisas que eu acabei observando, claro, que numa escala diferenciada, é que existe uma diferença,
1131 eu posso até chamar de incompatibilidade, entre as áreas de preservação e áreas de expansão urbana,
1132 inclusive, houve algumas observações também no chat de pessoas que tiveram essa mesma
1133 concepção, essa mesma constatação, uma incompatibilidade com o Zoneamento Ecológico
1134 Econômico da Baixada Santista. No caso da Baixada, eu não sei se isso tem a ver com escala ou

1135 com base cartográfica, mas existe aí uma certa incompatibilidade, e que eu gostaria de pontuar isso,
1136 e nas falas dos representantes da SIMA, alguma observação que possam colocar em relação a isso.
1137 Então nós observamos algumas diferenciações do Zoneamento Ecológico Econômico em relação à
1138 escala, nessa compatibilidade com o ZEE Estadual. E também faço as minhas palavras do doutor
1139 Sanseverino quanto à questão da compatibilidade do Zoneamento Ecológico Econômico em relação
1140 aos Planos Diretores Municipais. E por fim, a pergunta que eu já coloquei isso, inclusive já falei
1141 com o pessoal da CPLA na manhã de ontem, se essa essa aprovação quanto ao Zoneamento
1142 Estadual, ela vai ter alguma incompatibilidade com aquelas regiões que já possuem um Zoneamento
1143 Ecológico Econômico aprovado por Decreto. Então são essas 3 questões, obrigado e parabéns pela
1144 CPLA, pela Secretaria de Estado, sempre faço contatos, pela própria Cetesb, parabéns pelo trabalho
1145 que vocês desenvolvem.

1146
1147 **02:01:42 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Agradecemos, então, pela participação do Tupi
1148 Rodrigues Cunha, obrigado Tupi, pela participação, fica devidamente registrado. Ele se inscreveu
1149 pela ASSECOB de Santos. Continuando então aqui com os representantes de órgãos e entidades
1150 públicas, nós temos aqui também inscrito o Marcelo Pereira Manara. O Marcelo, ele é Secretário
1151 Municipal do Município de São José dos Campos. Ele havia participado no início, e parece que
1152 precisou se retirar aqui dessa Audiência Pública. Caso ele opte também, pode encaminhar por
1153 escrito, chegando no momento aqui da Audiência a gente também efetua a leitura, se não, vai constar
1154 também nos autos de análise aqui dos presentes trabalhos, obrigado. Temos também inscrita Josie
1155 Hollanda, da prefeitura de Praia Grande. Também se inscreveu para fazer uso da palavra, acho que
1156 ela está aqui também na plataforma. Muito obrigado, Josie, pela participação. Fica aqui o mesmo
1157 pedido, caso a rede assim permita, se for possível abrir a câmera, a câmera fica registrada. Se não
1158 tiver, não tem problema, mais importante é a manifestação. Fique à vontade.

1159
1160 **02:03:12 Josie Hollanda (Prefeitura de Praia Grande):** Infelizmente, eu vou ficar devendo a
1161 abrir a câmera, porque aqui estamos sem câmera no momento. Eu queria, inicialmente, parabenizar
1162 o Gil pelo trabalho primoroso que nos apresentou. Eu queria só pontuar que nós fizemos algumas
1163 colocações na parte de consulta pública. Algumas coisas nós percebemos que foram incluídas,
1164 foram adequadas no material em compensação, algumas outras nós notamos que não foi feita
1165 menção no material, e também não encontramos nenhuma devolutiva no site sobre o restante das
1166 colocações, e aqui, em nome da prefeitura, nós gostaríamos de colocar em relação às áreas
1167 prioritárias para a criação de Unidades de Conservação, observando o que o Tupi falou, que ele
1168 acaba indo em desencontro com o que está no Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro, e com
1169 o próprio Plano Diretor do município, e que ele acaba indo, se você for aplicar o que está ali, ele
1170 acaba sobrepondo as diretrizes entre de sócio econômico, com a parte das diretrizes aplicadas para
1171 a parte de Unidades de Conservação, e flora e fauna. Nós já temos, no município, 60% do município
1172 já é de áreas de preservação, e nos resta 40% só, e nosso medo é só de acabar inviabilizando
1173 economicamente a construção e o crescimento do município.

1174
1175 **02:05:17 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado pela participação da Josie Hollanda, obrigado. Fica
1176 devidamente registrada as falas, muito obrigado. Seguindo aqui nesse segmento, eu estou chamando

1177 primeiro aqueles que se inscreveram online, estão inscritos aqui desde o momento da manhã. Eu
1178 vou chamar aqui agora para fazer uso da palavra Alan Clemente, ele que é da prefeitura de Cubatão,
1179 de órgãos e entidades públicos, por favor, Alan. Após o Alan aqui, nós não temos mais inscritos
1180 online aqui para esse segmento, e aí eu vou chamar aqui presencialmente, está aqui conosco o
1181 Nelson Milan Elias, ele que é do CONDERSUL, que é o Consórcio de Desenvolvimento da Região
1182 Sul e Sudoeste do Estado de São Paulo, ele vem do município de Itapeva. Nelson, muito obrigado
1183 pela presença, pela participação. Fique à vontade. São 5 minutos.

1184
1185 **02:06:44 Nelson Milan Elias (CONDERSUL):** Boa tarde a todos, na pessoa do Anselmo.
1186 Obrigado, Gil por todo atendimento que você faz na região de outros trabalhos, e muito obrigado,
1187 Kitty (02:06:55), porque você me resumiu minha fala aqui na tua apresentação. Na verdade, a gente
1188 vem falar aqui, principalmente de equidade social, certo? Como esse estado é diverso, como é difícil
1189 trabalhar nessa diversidade. O promotor de Campinas se colocou contrário à utilização da APP. Lá
1190 na região de Itapeva, pequenos agricultores usam uma planta invasora de APP, que é o pinus elliottii,
1191 e tiram resina dessa planta e recebem 4.500 reais por mês de renda. Como é diverso esse Estado.
1192 Mas, na verdade, a gente vem falar da região de Itapeva como um todo e nós queremos ressaltar
1193 que, como já conversei com o Gil várias vezes, não houve uma oficina na região de Itapeva, e a
1194 região de Itapeva está incluída na região de Sorocaba, que é muito diversa, muito diferente. Nós
1195 acreditamos, do CONDERSUL, que o desenvolvimento econômico da região pode ser feito em
1196 diversas áreas, podendo ajudar a preservar os remanescentes florestais da região da encosta da Serra
1197 do Mar que ficam no CONDERSUL, no município de Guapiara, Apiaí e Ribeirão Branco. Só para
1198 os senhores terem uma ideia, Apiaí tem 61% do território coberto com florestas hoje, e Apiaí não
1199 tem nenhuma outra atividade que não seja, ou melhor dizendo, atividade pujante além da
1200 preservação ambiental. O nosso agro lá da região, e aí falando mais da região de Itapeva, é um agro
1201 muito tecnológico, muito promissor. Hoje nós somos referência em diversas culturas. Não vou
1202 enumerar aqui porque é muita coisa. A gente faz plantio direto, 3 safras por ano, então a região, o
1203 agro lá é muito pujante. Nós temos outras opções de.. Ah, desculpe. Dentro do agro tem um caso
1204 muito interessante que eu gostaria de falar com vocês. Existe uma lei de 1979, quando não tinha
1205 nem carro a álcool no Brasil, que proíbe instalação de fábrica de celulose na nossa região. E hoje o
1206 eucalipto da nossa região vai todo produzir emprego, renda e impostos em Telêmaco Borba, no
1207 Paraná, e para nós não sobra nada. Alguns empregos na área rural. Nós precisamos que dentro do
1208 ZEE, dentro da dinâmica econômica, seja colocado essa preocupação, qual equidade social e com
1209 a geração de empregos. Nós somos a região mais pobre de São Paulo, não é o Vale do Ribeira. Dos
1210 18 municípios que eu represento hoje, nós temos 7 mais pobres do Estado de São Paulo. Nós temos
1211 um outro potencial que é o setor mineral. Lá ocorrem alguns minérios, só que lá na nossa região,
1212 que nem a nossa colega de Ubatuba falou, a mineração ela é licenciada, ela é planejada, ela é
1213 fiscalizada e vistoriada. Então, é uma atividade importante para nossa região, só para vocês terem
1214 uma ideia, todas as minerações da nossa região não ocupam 2 milésimos do território, nem 2
1215 milésimos, e geram os melhores empregos da região. Nós temos também, elaborado pelo Estado,
1216 importantes documentos que eu gostaria que constassem do ZEE, que são os Ordenamento
1217 Territoriais Geo Mineiros. O Estado fez um levantamento onde tem mineração, onde pode e onde
1218 não pode, tem mineração e não pode. Então a sociedade já sabe que ali não pode, mas onde pode a

1219 gente gostaria que constasse porque é importante, é fonte de receita para nossa região. Nós temos
1220 ainda 2 atividades importantes, que é o turismo e a preservação ambiental, mas nenhuma dessas 2
1221 atividades ainda são economicamente rentáveis para a região. A gente gostaria que colocasse no
1222 ZEE, principalmente a preservação ambiental. Nós temos muita preservação ambiental em terra
1223 particular que não é remunerada. E eu gostaria por último, Gil, o CONDERSUL, esse consórcio de
1224 prefeitos à disposição do ZEE. Nós estamos abertos a ajudar. Eu sei que o tempo é exíguo, mas nós
1225 estamos dispostos a colaborar. Os prefeitos não puderam estar presentes porque a situação lá urge,
1226 o senhor sabe muito bem como é, mas eu estou representando eles aqui e mais uma vez quero
1227 agradecer a atenção de vocês, Kitty, muito obrigado, Anselmo, muito obrigado.

1228
1229 **02:12:07 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado pela participação do Nelson Milan Elias.
1230 Obrigado, ele que veio do município de Itapeva, representado aqui o CONDERSUL. Nós temos
1231 mais aqui, mais um último inscrito, que é um secretário de meio ambiente do município de
1232 Guarulhos. Ele se inscreveu que é o Guilherme Bagatini. Não sei se ele está aqui conosco na
1233 plataforma de videoconferência. Aqueles que nós chamamos aqui na Audiência Pública, e que não
1234 puderam, por algum motivo, entrar ou estar aqui presencialmente, que quiserem, podem encaminhar
1235 as informações por escrito. Pode encaminhar também, no próprio período regimental de 5 dias úteis,
1236 a partir da finalização dos trabalhos, que vai constar nos autos e vai, obviamente, ser submetido ao
1237 plenário do CONSEMA. Então, peço aqui, não havendo mais inscritos aqui para fazer uso da
1238 palavra, então, vamos passar à próxima etapa da presente Audiência Pública, que são, justamente,
1239 as respostas e comentários. É um momento importantíssimo, afinal de contas, é o momento de
1240 esclarecimentos à sociedade, também buscar o aprimoramento do projeto. Obviamente que aquilo
1241 que não puder ser aqui efetivamente finalizado, esgotado, a finalização, obviamente, vai ser
1242 apresentado nos momentos posteriores dos trâmites aqui da fala. Só um momento, por gentileza. Eu
1243 recebi a mensagem aqui que a Mônica de Toledo, ela foi uma das primeiras chamadas aqui para
1244 fazer uso da palavra, ela que é do município de Ubatuba, e que entrou também naqueles que não
1245 conseguiram se manifestar no momento, então, convido aqui, ela está na plataforma de
1246 videoconferência. Peço então a permissão de todos, só da gente poder, como a gente havia falado,
1247 aqueles que não conseguiram, a gente faz essa, perdão da expressão, essa repescagem dessas
1248 pessoas, então, é o momento propício para isso. A Mônica de Toledo e Silva Spegorin, muito
1249 obrigado. Muito obrigado ela, que fala da sociedade civil de Ubatuba, por favor, são 5 minutos.

1250
1251
1252 **02:14:46 Mônica de Toledo e Silva Spegorin:** Boa noite a todos. Agradeço a retomada, agora
1253 melhoramos a nossa conexão aqui, vai ser possível falar. Então, parabenizo toda a equipe que
1254 elaborou esse trabalho realmente brilhante. Gostaria de agradecer imensamente a 2 pessoas, a Rosa
1255 Mancini, pelo atendimento que dá ao litoral norte, e a Marina Ballestero, que também tem feito um
1256 trabalho no Gerco que realmente merece nosso reconhecimento. Eu gostaria de fazer um registro
1257 aqui como membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Ubatuba, em relação a uma
1258 realidade que, eu entendo, tenha sido bem diagnosticada com todo esse trabalho, que diz respeito
1259 ao problema da sazonalidade, especialmente nas áreas da vertente litorânea do Estado de São Paulo.
1260 Então, eu gostaria de registrar aqui a enorme importância de que esse conjunto de dados trazidos

1261 pelo ZEE, efetivamente se transforme numa política pública que olhe para essa realidade da
1262 sazonalidade criada por um turismo de massa desordenado, por um turismo de massa que não cabe
1263 mais para a nossa consciência e para nossa realidade dentro da questão ambiental, da questão
1264 socioambiental, da realidade, da presença das comunidades tradicionais, do conhecimento que nós
1265 já temos da importância da AgroFloresta para a nossa região do litoral norte, para outras áreas da
1266 vertente litorânea. Então, eu deixo aqui como uma solicitação, não apenas de Ubatuba, mas de toda
1267 a região litorânea. Que a gente faça uma visita a todo esse trabalho realizado, pensando em olhar
1268 para as nossas praias, olhar para nossas áreas de conservação para locais que precisam de estudos
1269 de capacidade de suporte, estudos de capacidade de carga turística, para que nós possamos
1270 efetivamente pensar em atividades turísticas responsáveis, responsivas às demandas da população
1271 local, das comunidades tradicionais, e termos um desenvolvimento que não traga destruição, que
1272 não traga a falta de balneabilidade, que não traga a falência total dessas áreas litorâneas do Estado
1273 de São Paulo. Muito obrigada.

1274
1275 **02:18:06 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Então essa foi a manifestação de Mônica de
1276 Toledo e Silva Spegiorin. Ela que é do litoral norte, Ubatuba, que bom que conseguiu adentrar,
1277 Mônica, e poder registrar aqui conosco. Dito isso, vamos passar então agora a terceira parte da
1278 Audiência Pública, como havíamos falado, que é a parte das respostas e comentários. Então dessa
1279 forma, convido aqui novamente, Gil Scatena, obviamente, caso queira, fique a vontade de abrir a
1280 palavra para algum especialista da área e tudo mais, fazer um complemento. Nós temos inicialmente
1281 15 minutos prorrogáveis também por igual período, caso seja do interesse, por favor, fique à
1282 vontade.

1283
1284 **02:18:49 Gil Scatena:** Obrigado Anselmo, eu queria já, de antemão, agradecer a todas as falas, e
1285 não é agradecimento vazio, ele é real pelo ponto de vista do respeito com que elas foram todas
1286 feitas. Acho que isso é extremamente importante, e aqui eu faço uma ponte ao nosso parceiro aqui,
1287 nosso colega, que é do Sindicato da Aviação Agrícola. Quem me conhece sabe que eu sou péssimo
1288 para nomes, guardo melhor rosto. Com máscara, ainda tá piorado, e respondo, começo respondendo
1289 a elogios, dizendo que os diálogos só podem ser bem feitos se as partes que estão envolvidas nelas
1290 estão abertas. Então, mesmo elogio que vocês fizeram a nós da abertura do processo do ZEE, eu
1291 devolvo a vocês. Eu acho que as indignações, elas são todas legítimas, a grande questão é como é
1292 que a gente consegue tratar elas no processo. Eu falo muito para minha equipe que eu acho que a
1293 democracia, o respeito, a gente mede quando há divergência, a qualidade na divergência que você
1294 mede o processo democrático, porque convergir é fácil, se gente estiver aqui se elogiando, só,
1295 convergindo, eu brinco que é a democracia do auto elogio, né? Então eu poderia dizer aqui que, por
1296 exemplo, o Ricardo ou a Elidiane, muito boa a sua fala porque é exatamente o que eu penso. Aí fica
1297 fácil. Acho que é na hora da divergência que a gente mede. Então a primeira questão, e eu vou tentar
1298 com que essa parte seja uma extensão desse processo. Eu vou tentar fazer um comentário geral, da
1299 mesma forma respeitosa, e convidá-los a usar também para além do prazo da Audiência, os
1300 próximos 5 dias, para também, de repente, formalizar e organizar as questões que vocês estão
1301 trazendo porque, obviamente, são questões que também tem um grau de complexidade que não é
1302 trivial, já de bate pronto, falou, olha, é assim que se resolve, né? Então eu gostaria de já deixar esse

1303 recado, esse pedido a vocês dos próximos 5 dias e estender aos parceiros que tiveram dificuldade
1304 de acesso por questões locais, que estão longe da nossa governança, para usar esses 5 dias para
1305 trazer as questões de dúvida. Vou fazer um sobrevoo sobre as questões colocadas, esperando manter
1306 o diálogo e vou pedir ajuda para minha equipe, Kitty, Arlete, Naty, Márcia, Lúcia, caso em alguma
1307 complementação minha ficar superficial, e se vocês tiverem alguma coisa adicional, por gentileza,
1308 e tentar aproximar a Audiência ao máximo do que foram as oficinas. As oficinas a gente fez esse
1309 bate bola com muita liberdade porque era um outro formato, uma outra institucionalidade, a própria
1310 Audiência Pública ela tem um outro formato, ela divide de outra forma, com tempo muito, o
1311 Anselmo fica aqui me cutucando. Ele já está desesperado porque eu não respondi nenhuma coisa
1312 até agora e já falei pra caramba. Então vou tentar fazer o máximo com o que esse tempo seja
1313 aproveitado, mas já assumindo que pode ter imitações e que os próximos dias podem ser utilizados
1314 ainda a plenária do CONSEMA. Ainda a plenária do CONSEMA vai ser outro momento que vocês
1315 também devam se fazer representados e que a gente vai poder identificar as possibilidades. Eu
1316 queria assim, já numa primeira questão, colocar algo que me parece estrutural, que é, estava na fala
1317 quase que de vários, que é essa tentativa de fazer uma convergência mínima entre o modelo de
1318 desenvolvimento e as questões territoriais, que daí vai derivar o debate, que é dos Zoneamentos
1319 existentes, prefeitura, estado, expectativas dos segmentos econômicos, porque o que vocês ouviram
1320 aqui é o que a gente ouviu nesses últimos anos. Vem alguém e fala, *olha, vocês não estão*
1321 *protegendo nada. Aquilo lá está uma bagunça, estão acabando com tudo.* Aí vem o outro e fala,
1322 *vocês protegem demais, a gente não consegue desenvolver.* Eu estou aqui generalizando, e não estou
1323 fazendo por, quem me conhece, sabe que não é por desrespeito, mas a mediação do instrumento
1324 desse cai nesse processo que é difícil organizar o território de 645 municípios, e aqui eu já deixo
1325 uma primeira questão, nós tivemos uma super representação de Ubatuba, o que eu acho genial, e
1326 nós devemos fazer esse diálogo, eu vou comentar as questões que Ubatuba trouxe, e a gente ainda
1327 tem que olhar 644. Então isso é um exercício muito complexo, e é como se a gente tivesse falando
1328 que hora eu olho pelo avião do nosso amigo, ou drone, e hora eu vou com uma lupa, e aí nisso eu
1329 aproximo o olhar e fazer essa negociação, esse sobe e desce, não é fácil. E aí nós vamos conviver
1330 aí com uma realidade do tipo trazida pelo Nelson, e também pelo pessoal de Ubatuba. Acho que foi
1331 a Bonjorno. Tem gente que olha o pessoal lá com as jaquetinhas da Secretaria, o pessoal da
1332 fiscalização, da Fundação Florestal, e já tem uma tremedeira falar, vem o cara lá, não sei o que, na
1333 minha propriedade, e outro está dizendo olha, está faltando gente de jaquetinha no meu território
1334 para vim fazer o bom processo aqui de fiscalização, não é? Então, nós estamos lidando com um
1335 processo complexo que é olhar o território todo e, ao mesmo tempo, dar espaço para olhar os
1336 municípios e ter um olhar sensível. Começando pelo final aqui, pelo Nelson, acho que a reclamação
1337 que Itapeva faz, e a gente, nós somos muito sensíveis a isso, isso valeu para praticamente todos os
1338 territórios, porque nós fizemos em caráter virtual as oficinas de retorno e eu até pontuei isso na
1339 minha fala, então não vou me estender, mas dizendo que eu acolho com muito respeito sempre essa
1340 demanda, poxa, faça uma oficina aqui, faça acolá, né? Nós fizemos, quando deu em 18 presencial,
1341 sempre pontos centrais, e aí, obviamente, quando a gente chama de ponto central, você faz 12
1342 reuniões em 645 municípios, sempre alguém ficou longe. Então, ao máximo expandir, e o virtual
1343 quebra muito disso, embora com esse desafio que a gente vê hoje. Aí você está no virtual, o cara tá
1344 conseguindo participar, cai a luz. Então, eu imagino que nessa hora o sujeito lá fica com aquela

1345 vontade de falar qualquer um dos palavrões que o Nelson também sabe. A gente também ouviu nas
1346 reuniões, não vou reproduzir nenhum deles aqui, mas talvez assim, só como exemplar me lembrando
1347 do nosso amigo, o falecido Mussum, o tal do Cacildis, não é? A gente também conviveu com esses
1348 processos. Então, a oficina realmente não ocorreu, mas a gente não deixou de cobrir o Estado e
1349 olhar todo o território. Acho que isso é importante dizer. Itapeva estar com Sorocaba, e aí tem essas
1350 distinções dentro desse território amplo, que é a nossa zona 4, isso acontece em outros espaços do
1351 território Paulista também. Nós juntamos, como eu falei, por similaridades de agendas e
1352 necessidades, mas nada impede que, nas diretrizes aplicáveis, na aplicação e na gestão da zona, a
1353 gente consiga olhar essas distinções. Volto a dizer, a gente não está pasteurizando, a gente não está
1354 abafando as diferenças. Essa é uma defesa muito forte que a gente faz do nosso Zoneamento, que é
1355 ele permite olhar isso. Tanto que nós fizemos zonas diferentes do Zoneamento Costeiro, das Zonas
1356 de Mananciais, que elas vão falar do uso, e ao falar do uso, ou da expectativa, vegetação, 80%, no
1357 gerenciamento costeiro, zonas de restrição à ocupação, em áreas de mananciais, que a zona já
1358 carrega uma agenda por definição. Eu sei que zona eu estou, a agenda é imediata. Se eu estou numa
1359 Z1, no gerenciamento costeiro, eu tenho que preservar 90% da vegetação, e posso usar 10. Vocês
1360 imaginam que fazer um Zoneamento que faça isso por São Paulo, já dizer que 10 municípios tem
1361 que preservar 90, não faz sentido. Então nós utilizamos uma numeração nas zonas para que dentro
1362 dela os processos possam ser entendidos e geridos conforme suas singularidades e, ao mesmo
1363 tempo, aquilo que é similar e próximo, permita agendas regionais. E aí, cuidado social para nós foi
1364 algo muito importante. Então se algo escapou e é preciso que seja grifado, que a tinta fique mais
1365 escura, eu acho que isso é importante, talvez que vocês digam para nós, que a expectativa que a
1366 gente teve quando faz zoneamento, aí eu vou falar para os 2 Nelson aqui que, pelo menos deve ter
1367 a minha idade pra cima, e é de quando a gente jogava, joga bingo, a nossa expectativa de fazer o
1368 Zoneamento é uma hora que você fecha o processo, grita Tiquina, grita bingo, fala, fechei. Nós não
1369 fechamos. Então se algo faltou, para que o processo de inclusão social seja mais forte nesses
1370 próximos dias, por favor, avisem, mas é importante dizer que o nosso Zoneamento já está sendo
1371 utilizado para fazer os planos de inclusão social pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.
1372 Então, o Vale do Futuro usou, eu estive numa das oficinas do Vale do Futuro, inclusive, na defesa
1373 da organização das atividades econômicas, jamais contrário, então acho que isso é importante dizer
1374 também. E a questão que foi colocada sobre áreas vegetadas pelo próprio Nelson, em áreas privadas,
1375 é importante também dizer que o Zoneamento já tem dado base para políticas. A gente fez uma
1376 revisão do ICMS Ambiental, e agora paga-se uma fração para cidades em que tem 30% de vegetação
1377 em área privada, fora das áreas protegidas estaduais. Era uma demanda antiga da região do Vale do
1378 Ribeira, Itapeva, do litoral. Aliás, nos nossos cálculos, são os municípios que mais vão ganhar
1379 repasse. Porque a gente diz, tira área do parque para fazer o cálculo da Unidade de Conservação e
1380 calcula quanto de área vegetada está restante, alcançou 30%, o município ganha uma remuneração.
1381 Vai caber agora numa política de escada, descendo os degraus, cobrar das prefeituras para que se
1382 tenha políticas locais que alcance então o proprietário. A gente não pode fazer um recurso direto do
1383 Estado do ICMS para o proprietário. E isso vai dar uma agenda óbvia, e aí é uma ponte já com o
1384 pessoal de Ubatuba, que a gente saiba conviver com os instrumentos. O Plano Diretor, cada luta, é
1385 uma luta, não é? O Zoneamento, ele não tem nenhuma governança, e não tem intenção de se
1386 sobrepor a nenhum outro Zoneamento. Eu sugiro, nos próximos dias, eu sugiro, eu vou comentar,

1387 eu vou deixar mais claro, mas eu já sugiro que dentro do portal ZEE vocês assistam o participe da
1388 CEA (Coordenadoria de Educação Ambiental) sobre Zoneamento Ecológico Econômico. Esse
1389 programa, eu expliquei detalhadamente a relação do Zoneamento Ecológico Econômico com os
1390 outros instrumentos existentes, como eu sugiro, talvez, revisitar, gravado, as agendas, as reuniões
1391 regionais que nós fizemos na zona 9 e 7, que pega o Vale do Paraíba, litoral norte, baixada santista,
1392 porque nessas 2 eu me ocupei, inclusive, de explicar em parte da reunião, sobre a relação dos 2
1393 zoneamentos, e cá para nós, e eu entendo a sociedade, é confuso porque os 2 tem o mesmo nome,
1394 inclusivamente, Zoneamento Ecológico Econômico. São legislações diferentes. A legislação do
1395 Zoneamento Ecológico Econômico respeita o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, tanto que
1396 os outros Estados sempre chamaram de ZEEC, Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro. Como
1397 nós não tínhamos Zoneamento Ecológico Econômico Estadual, a gente nunca se ocupou de usar
1398 aquele cêzinho no final. Agora a gente vai ter que corrigir esse erro, e todas as nossas comunicações,
1399 tem que deixar claro, e eu quero dizer que vocês não estão sozinhos nessa nesse exercício. Quem
1400 mora em área de mananciais aqui na região metropolitana, também já vive com o Zoneamento
1401 Regional de Área de Mananciais, e a gente utilizou zonas de outras nomenclaturas e com diretrizes
1402 aplicáveis não obrigatórias, exatamente para respeitar essa convivência dos instrumentos. O
1403 Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro, ele é utilizado no Licenciamento. O empreendedor vai
1404 lá, ele tem que saber se ele está na zona 1, zona 2, zona 3, zona 4, zona 5, e a Cetesb vai usar para
1405 saber as atividades permitidas. Nós estamos dizendo o seguinte, para mim, não importa em qual
1406 zona você está, a priori, o que nós vamos ter que olhar no futuro é se essa zona está ajudando para
1407 essa região ter segurança hídrica, para ser resiliente à mudança climática, para ter salvaguarda a
1408 biodiversidade, e cada zona vai entregar um papel, a salvaguarda a biodiversidade numa zona 5 é
1409 ter uma área urbana com arborização urbana, a Z2 é manter as suas áreas vegetadas e aí, obviamente,
1410 vem toda a agenda da prática. Se a fiscalização está adequada ou não, se o processo que está sendo
1411 feito pelas prefeituras está correto ou não. É importante dizer quando fizemos o Zoneamento
1412 Ecológico Econômico do litoral norte, os municípios pararam o seu Plano Diretor, eles pararam o
1413 processo de elaboração de revisão do Plano Diretor, em 2017, e esperaram sair o Zoneamento
1414 Ecológico Econômico do litoral norte Costeiro, de 17, para fazer a revisão dos Planos Diretores.
1415 Então, não tem essa história de eu vou escolher um mapa que melhor me convém. Cabe ao
1416 município fazer um Plano Diretor olhando o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro, fazer as
1417 adequações, porque ele já é um Zoneamento prescritivo, ele já diz questões para o comando e
1418 controle. Aí eu convido o pessoal de Ubatuba e da baixada santista, nós retomamos o grupo setorial
1419 no gerenciamento costeiro, com a participação da sociedade civil, representação de comunidades
1420 tradicionais quando a gente fez a eleição do grupo setorial, a gente criou um assento para povos de
1421 comunidades tradicionais, que não tinha antes. O grupo setorial do litoral norte vai se reunir no dia
1422 16 de setembro. Lá nós criamos um grupo, estamos debatendo a implementação do Zoneamento
1423 Ecológico Econômico Costeiro, estamos debatendo o processo de monitoramento, e lá é um
1424 ambiente correto para se levar essas demandas. Está crescendo, não está, está irregular, não está e
1425 o Zoneamento nosso estadual pode ser uma referência para vocês, inclusive, poderem cotejar, esse
1426 crescimento está impedido segurança hídrica, esse crescimento... E aqui eu estou usando a palavra
1427 de vocês porque eu não estou acusando ninguém porque eu não conheço específico, seria injusto,
1428 mas olhando, fazendo um processo de empatia, olhando por vocês, é aí que o ZEE tem que ser

1429 utilizado de uma forma inteligentíssima que falou a nossa amiga Mônica Spegorin, que é do grupo
1430 setorial de Ubatuba, incorporar esse olhar estratégico do Zoneamento Ecológico Econômico
1431 Estadual para olhar a específico e o regional. E o que eu estou chamando de regional para vocês? 4
1432 municípios do litoral norte, baixada santista, 9, para nós, 645, Estadual 645. Então, essa é a próxima
1433 etapa, é descer um degrau dessa mesma escada. E o último instrumento, aquele instrumento que é,
1434 aliás, que na hora do empreender é o primeiro, é o Plano Diretor. Nenhum empreendedor consegue
1435 fazer um empreendimento, a certidão de nascimento de empreendimento é a certidão de uso do solo
1436 do município. Então, se o município faz um Zoneamento contraditório ao Costeiro, ele gera
1437 insegurança jurídica para o empreendedor, aí nesse sentido, eu acho que vocês, inclusive, a aliança,
1438 pode ser com o setor privado, porque é ruim pro setor privado fazer empreendimentos que possam
1439 ser listados como irregulares ali na frente. Então, eu não sei se eu cobri no 100%, mas olhando essa
1440 questão do que vocês falaram, da coexistência dos instrumentos, é essa, a coexistência tem que ser
1441 inteligente, ela tem que ser feita no caráter estratégico e cada um tem um processo de aplicação. Eu
1442 acho que consegui comentar aqui o que vocês colocaram porque as questões, claro, de rio, mercado
1443 imobiliário, elas têm um caráter bastante local, mas eu convido vocês a discutir essa localidade no
1444 grupo setorial, e a baixada santista, a mesma coisa, a próxima reunião do grupo da baixada santista
1445 deve ser entre setembro e final de agosto. A presidência que cabe à sociedade civil está ajudando a
1446 gente a definir a data, assim que ela tiver, o Portal do Gerenciamento Costeiro, no nosso site, traz
1447 tudo, a agenda, os instrumentos, tudo que você precisa, tudo que você precisa saber sobre o Gerco
1448 mas teve medo de perguntar, você pode achar lá. Então eu convido vocês a fazer esse processo e aí,
1449 obviamente, fazer um instrumento como esse, lidar com ele, tem que ter cintura, porque a gente fica
1450 lidando com essas várias realidades e pressões. E acho que vocês estão tendo com a gente aqui, é
1451 uma pressão legítima e eu estou tentando responder de uma forma a convidá-los a continuar na
1452 gestão do território. A gestão do território não se resolve pelo Zoneamento por si só, como não se
1453 resolve pelo Zoneamento Costeiro. É o dia a dia. Mais ou menos assim. Porque você tinha falado,
1454 você tinha perguntado uma coisa mais direta que era... — (02:36:05) Isso. Qual vale você está
1455 dizendo, a pergunta, mas... — (02:36:25) Esse é o costeiro, esse é o costeiro. — (02:36:32) Não,
1456 tudo bem, mas assim, vamos fazer uma simulação, eu chego lá com um empreendimento, e aí eu
1457 sei que...

1458
1459 **02:36:45 Anselmo Guimarães:** Deixa eu só falar uma coisa. É porque, às vezes, quem está em
1460 casa não ouviu o que ela falou. Se você pudesse só...

1461
1462 **02:36:48 Gil Scatena:** Eu vou repetir o que ela falou, só vê se eu falei correto. A pergunta dela é a
1463 seguinte, se um Zoneamento Estadual fala que ele pode usar 10% da área e o municipal fala que
1464 pode usar 50, qual vai valer? Eu tirei o exemplo em pé sentado, mas a pergunta é essa, né? Na
1465 Legislação Ambiental vale a mais restritiva, certo? Na sobreposição de 2 instrumentos, vale o mais
1466 protetivo. Quem está aí, tem gente que reclama, tem gente que acha bom, mas é isso que vale. Não
1467 é isso, Nelson? O que ocorre é o que o município tem que fazer? Ele tem que fazer um Plano Diretor
1468 olhando o Gerenciamento Costeiro, Zoneamento Costeiro, e fazer algo que seja condizente. Se é só
1469 10%, é só 10%. Ponto. Isso não precisa, isso é do uso e costume, é como se aplica a Lei. Isso é como
1470 se aplica a lei. Não, tudo bem, assim, só para nós, até por organização e para não ficar também

1471 deselegante com os demais, porque não vão ter o mesmo direito, e aí usar até os próximos 5 dias,
1472 convido, novamente, a gente a explicar melhor, mas não tem, assim, no processo de fiscalização e
1473 Licenciamento, se o cara tiver desconforme com a mais restritiva, ele deve ser punido, então cabe
1474 achar o caso e levar para o órgão competente, fiscalização, Cetesb, a própria prefeitura, Ministério
1475 Público também.

1476
1477 **02:38:18 Anselmo Guimarães:** Eu vou só... A regra do CONSEMA, ele não fala em do
1478 duplicidade de manifestação, e como até o tempo do Gil já passou os 15 minutos, já entramos no
1479 segundo 15 minutos, eu vou pedir, então, para continuar os esclarecimentos gerais, desculpe, mas é
1480 mais por conta de toda a massa de contribuições que nós tivemos, por favor, continue, mas isso,
1481 obviamente, não impede reuniões multilaterais, bilaterais, obviamente, para dar continuidade nisso.

1482
1483 **02:38:45 Gil Scatena:** Se dúvidas remanesceram, convido novamente, a usar o grupo setorial como
1484 espaço de diálogo mais adequado, mas assim não é preciso nada adicional do ponto de vista
1485 normativo para que essa regra seja cumprida, a gente pode estar reclamando se o processo de
1486 controle está garantindo. Ponto. Só para deixar isso muito claro. Eu vou pedir ajuda aqui do time
1487 para a gente comentar o Rodrigo Garcia, o Ivan Carneiro, que são questões que foram colocadas.
1488 Mas vou fazer só uma ponte rápida para o Sindicato aqui, para o Ricardo, para Renata e para
1489 Fernanda, que é a ÚNICA, o Sindicato da Aviação. Vocês realmente já haviam apontado, a gente
1490 já havia feito o diálogo. Eu agradeço a manutenção do diálogo no sentido de estarem aqui, porque
1491 eu acho que hoje a Audiência mostrou uma coisa que algumas outras reuniões não tinham
1492 conseguido mostrar, o Zoneamento, ele trouxe tanta informação sobre o território que muita gente
1493 ficou mais preso à informação do que as próprias diretrizes e zonas, e é uma etapa também do
1494 processo de Zoneamento. E essa leitura fina do Rodrigo Garcia, de vocês, sobre as diretrizes, para
1495 nós é essencial, que é isso, o Zoneamento ele chega num ponto final, ele ordena ao território no
1496 sentido de diretrizes estratégicas. Ele não dá só informação de como o território está. De fato, eu
1497 reafirmo algo que nós colocamos que é, a nossa visão não é linear no sentido de que o agrotóxico
1498 ele é inimigo da biodiversidade por definição, essa não é a visão, tanto que não houve, não há uma
1499 diretriz diretiva de eliminação do uso, uma coisa no sentido finalístico, São Paulo não pode ter uso
1500 de agrotóxico. O que nós partimos de um pressuposto e que o diálogo foi muito qualificado é que é
1501 uma relação que precisa ser zelada, tem que ter zeladoria entre esses processos do uso do agrotóxico,
1502 que é a biodiversidade. E algo que vocês reforçaram na nossa visão, é que a posição de vocês é
1503 quando mal utilizado, realmente pode ser problemático, mas que o setor utiliza adequadamente,
1504 seguindo as regras e normativas. Então, ou seja, quando a gente parte do pressuposto de que ele
1505 precisa ser bem adequado, eu estou assumindo o passo anterior que sim, eu posso ter um problema
1506 entre uma coisa e outra, se eu não tiver um olhar. O ZEE se ocupa de circunscrever esse olhar e de
1507 selecionar as áreas onde a gente deve ter maior cautela com relação ao uso do agrotóxico pelo setor
1508 agrícola. Com relação a, se isso é uma ilegalidade ou não, nós, o ZEE vai passar pela consultoria
1509 jurídica, então, eu, particularmente, num primeiro momento, entendo que não seja pelo fato de que
1510 a gente, ao olhar outras diretivas, a gente também fala de outras atividades econômicas, de outros
1511 usos do território com uma mesma lógica de orientação para o bom uso e para a adequação e
1512 sustentabilidade. Então eu não acredito, não acredita é ruim, né, porque aí fica aparecendo que

1513 mentiu, não é essa, não me parece, não quero crer que haja uma ilegalidade no sentido original, da
1514 origem da proposta se partes de uma ilegalidade. Do ponto de vista da sobreposição das instituições,
1515 Governo Federal e tudo mais, vale lembrar que nós fizemos o ZEE na Comissão Estadual do
1516 Zoneamento, com a participação da própria Agricultura, da Secretaria de Agricultura. Estamos
1517 acreditando que as nossas diretivas, e quando nós fizemos as rodadas de aprovação, de análise, nós
1518 inclusive, destacamos aquilo que parecia ser mais setorial. Olha, esse conjunto me parece mais seu,
1519 para facilitar a própria análise. E a visão que nós tivemos construída com a Agricultura até agora é
1520 um pouco do que vocês também trouxeram, é uma agenda de necessidade conjunta, inclusive o
1521 seguinte, em estando o setor mais adequado do que porventura algumas áreas da sociedade pode
1522 achar, a norma é quase quando já estiver sendo aplicada às diretrizes do ZEE. Entre aspas, é como
1523 se dissesse “tá fácil”. Mas é lógico que eu entendo os setores econômicos cada vez que vem uma
1524 nova diretriz, algo que o Estado descreve a mais sempre causa algum processo de desconforto
1525 legítimo, mas só esse campo é o campo que nos coloca nesse lugar de entender que é possível sim
1526 que o ZEE mantenha uma diretriz aplicável como essa. Foi citado a possibilidade de um Plano de
1527 Adequação, alguma coisa de uso sustentável. Eu confesso que eu acabei perdendo se é uma proposta
1528 que isso aconteça, como o trabalho conjunto, e aí eu peço a gentileza de, nos próximos 5 dias, se
1529 vocês quiserem esclarecer, fazer algum texto, e nas diretivas de diretrizes aplicáveis possa ser
1530 acolhido, eu agradeço, que a gente continua nesse diálogo propositivo, mas reforço, da minha voz,
1531 e acho que é voz corrente na equipe, não é uma definição por origem de tentar demonizar este ou
1532 aquele setor, mas é uma busca ampla para que a economia Paulista seja uma economia sustentável.
1533 Aqueles que já são, ótimo, a diretriz ela já nos dá sucesso, e no monitoramento a gente vai dizer,
1534 olha, aquilo alcançou inclusive, vocês já estão, a lição de casa já está sendo feita, quando for
1535 entregue, basta por a capa. Então é pra deixar isso bastante claro. Naty, você pode me ajudar a
1536 comentar um pouco a questão aqui do Rodrigo Garcia e do próprio Carneiro, só porque eu, com o
1537 microfone, é um crime, eu já devo estar falando a 40 minutos, talvez sejam mais.

1538
1539 **02:44:43 Natalia Micossi da Cruz:** Bom, acredito que, sobre o Rodrigo Garcia do Ministério
1540 Público, ele falou algumas coisas específicas sobre a zona 5. A gente entende, muitas delas fazem
1541 sentido. A gente vai avaliar tecnicamente, mas algumas aqui a gente já foi conversando, e realmente
1542 a gente entende que são adequações, como, por exemplo, algumas exclusões ali referenciando a
1543 Bacia do Rio Grande, por exemplo, enfim, e outras a gente vai consultar toda nossa equipe técnica
1544 da SIMA para verificar a viabilidade. A respeito do Ivan Castanheiro, também do Ministério
1545 Público, ele menciona, o aspecto da regionalização, eu acho que é importante a gente destacar que
1546 essa adequação a regionalização do Estado, ela está prevista, inclusive, na Minuta de Decreto, então,
1547 a gente já discuti sobre essa questão nas diversas reuniões que a gente fez na etapa da consulta
1548 pública, ela é uma questão importante, e a gente entende que essa adequação ela é fundamental para
1549 a implementação do instrumento, então, uma vez aprovada essa regionalização, a gente deve buscar
1550 os meios para adequar o Zoneamento a ela, e essa previsão já está na Minuta de Decreto disponível
1551 agora na Audiência Pública. Outra coisa que é importante mencionar também a respeito das regiões
1552 metropolitanas é que essa máscara, essa informação territorial, ela está disponível na Rede ZEE,
1553 então é possível visualizar todas as demais informações do ZEE, a luz desse mapeamento das
1554 regiões metropolitanas. Ele também mencionou a respeito do enquadramento dos corpos hídricos,

1555 e a gente tem as diretrizes aplicáveis previstas no tema de gestão e infraestrutura de saneamento
1556 para zonas 4, 5 e 9, que foram trazidas também à luz do Plano Estadual de Recursos Hídricos,
1557 prevendo, então o acompanhamento do alcance das metas e os subsídios também, a efetivação das
1558 metas, né? Então a gente tem algumas diretrizes previstas para isso, e a gente também tem diretrizes
1559 gerais para os Planos Municipais de Segurança Hídrica, que também foram mencionados e também
1560 constam, então, os incentivos ali para elaboração desses Planos Municipais nas diretrizes gerais, na
1561 parte inicial do documento de Zoneamento.

1562
1563 **02:47:25 Gil Scatena:** Acho que esse pega abranger o Rodrigo Garcia e do Carneiro também, né?
1564 Que falou. Eu não sei se chegou a comentar, desculpa, eu estava olhando esse tinha mais perguntas,
1565 porque tinha uma questão que o Carneiro colocou, que é das máscaras, né? Que resposta, você
1566 comentou? Perfeito, e acho que isso vale para todos, os mapas do ZEE, a gente divide as zonas em
1567 9, mas vocês podem olhar todos os temas no diagnóstico, prognóstico, colocando outras máscaras.
1568 Quero olhar só o município, quero olhar só o litoral norte, 4 municípios, quero olhar só região
1569 metropolitana. Isso é possível ser feito, tá? Então acho que isso é extremamente importante de
1570 lembrar. As zonas não são para mascarar ou fazer esquecer outras divisões do território. Eu acho
1571 que a gente tentou cobrir tudo aqui. Eu não sei se ficou faltando algo muito essencial de ser
1572 colocado. É isso, Anselmo.

1573
1574 **02:48:16 Anselmo Guimarães:** Perfeito, faltando 30 segundos para terminar o tempo. Obrigado
1575 pela compreensão. Obviamente, o processo ele não se encerra aqui nesse momento, a Audiência
1576 Pública, ela não tem esse caráter terminativo, ou sequer deliberativo. É mais um momento de se
1577 acolher todas essas contribuições que são vindas da sociedade nesse momento mais próximo e no
1578 momento mesmo, ainda que seja virtual, que possibilitou que a gente pudesse ter até um alcance
1579 maior de participação. Trazendo então agora de volta aqui para a mesa diretora, vamos dizer assim,
1580 agora os comentários, não exatamente os comentários acerca da proposta, mas os comentários em
1581 geral sobre a contribuição, gostaria de convidar agora a conselheira do CONSEMA, que representa
1582 a Coordenadoria de Planejamento Ambiental, doutora Cristina Maria Azevedo, a Kitty, obrigado.

1583
1584 **02:49:22 Cristina Maria Azevedo (Kitty):** Obrigada, Anselmo. São só palavras finais, eu queria
1585 ressaltar aqui que o Zoneamento Ecológico Econômico, quando a gente dá esse nome ao
1586 Zoneamento, a gente está deixando claro que foi utilizado indicadores não só ambientais, então a
1587 gente aqui faz parte da Subsecretaria de Meio Ambiente, dentro da Secretaria de Infraestrutura e
1588 Meio Ambiente, mas esse Zoneamento utilizou indicadores ambientais, sociais e econômicos. Eu
1589 acho que isso é bastante importante destacar, como bem ressaltou a necessidade da gente estar
1590 tráfegando entre aqueles que querem, que conseguem, aqueles que querem que desenvolvem,
1591 entendendo que o desenvolvimento não é possível de ser alcançado sem a conservação, nós
1592 analisamos indicadores desses três meios, então, sociais, econômicos e ambientais, e com isso, a
1593 gente conseguiu construir um instrumento que vai subsidiar políticas setoriais para todos os poderes,
1594 Executivo, Legislativo e a Sociedade Civil. Inclusive, que vai poder, seguindo o convite que a
1595 Mônica muito bem colocou, monitorar, acompanhar e utilizar esse instrumento para poder estar
1596 verificando, inclusive, como esses poderes Executivo Municipal, por exemplo, estão se

1597 apropriando, utilizando. Então, acho que é um instrumento muito importante de ser visitado e
1598 explorado e utilizado. É assim que o ZEE vai ser vivo, como foi colocado aqui no início da nossa
1599 reunião. E na expectativa, como o Nelson recuperou a minha fala inicial, na expectativa que a gente
1600 realmente consiga promover um desenvolvimento sustentável, com inclusão social e equidade de
1601 gênero, como eu sou a mulher da mesa, não poderia deixar de dizer. Muito obrigada a todos, uma
1602 ótima noite.

1603
1604 **02:48:16 Anselmo Guimarães:** Agradeço as palavras da conselheira Kitty. Obrigado pela
1605 participação, estar conosco até agora nesse momento, muito obrigado. E por fim, fazer uns
1606 comentários então agora. O Gil Scatena, ele também é conselheiro do CONSEMA, pela
1607 Subsecretaria de Meio Ambiente, e é o coordenador de Planejamento Ambiental, então, para suas
1608 palavras finais, Gil.

1609
1610 **02:51:47 Gil Scatena:** Obrigado a todas e todos. São 19h50. Nos mantivemos aqui em profundo
1611 respeito e diálogo, e estar aqui nesse horário, em um dia como hoje, eu acho que também mostra
1612 não só a importância do ZEE, mas o comprometimento das pessoas para que o Estado evolua e
1613 tenha uma sociedade mais justa. Eu agradeço a presença de vocês, de coração. Obrigado pelo que
1614 vocês trouxeram. Aonde nós divergimos é do jogo, é do processo, mas o exercício nosso de buscar
1615 a convergência tem sido, talvez, a grande orientação do próprio ZEE. Achar uma convergência sem
1616 trair a agenda que é necessária. São Paulo precisa de uma nova economia, de um novo formato de
1617 olhar o território, e de uma coerência entre o processo do empreender legítimo, que gera emprego e
1618 renda e ao mesmo tempo, uma economia diferente, de baixa emissão de gases de efeito estufa, que
1619 respeite a biodiversidade e assim por diante. Eu queria fazer um pedaço aqui para dizer que eu
1620 agradeço muito a equipe da CPLA, à equipe da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Eu
1621 queria fazer esse agradecimento aqui, na pessoa da Naty. Esse processo é um processo longo, nós
1622 não estamos ainda comemorando porque há muito o que fazer, então eu não estou aqui querendo
1623 desrespeitar nenhuma das falas que ainda tem que ser utilizadas para aprimorar o ZEE, mas cada
1624 passo que a gente dá, a gente também precisa reconhecer o que nós fomos capazes de fazer e nós é
1625 muita gente. A gente ouviu muita gente para estar aqui. E eu agradeço a equipe da CPLA porque,
1626 nesse processo, teve filho que nasceu, teve gente que saiu, nós tivemos perdas, e gente que entrou,
1627 perdas em família, perdas. E é um processo longo e que só foi possível pela qualidade técnica dos
1628 funcionários da carreira pública que fizeram um trabalho primoroso e no melhor que a gente pode,
1629 no melhor que a gente pode. As falhas e as possibilidades de melhoria é porque é feito por gente, e
1630 errar é humano, então não houve nenhum momento do que a gente trouxe, nenhuma má fé, nem
1631 tentativa de dolo, nem nada, mas o tentar fazer algo de melhor para um instrumento que São Paulo
1632 ainda não tem, uma visão estratégica global para todo o Estado, que olhe para a sustentabilidade,
1633 que dê referenciais claros, que são os indicadores, que diga como a coisa está e para onde devemos
1634 ir, e feito isso com muito diálogo. E diálogo é sempre aquela questão, a gente sempre sabe quando
1635 não tem, mas quando tem a gente sempre gostaria que tivesse a mais. Então é sempre complexo,
1636 né? Um estado enorme, são temas técnicos, não é de fácil apropriação. Então eu agradeço a
1637 Comissão Estadual do ZEE, agradeço os técnicos da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente,
1638 que fizeram parte do processo, das instituições, mas em especial aqui Kitty, Rosa Mancini, que

1639 começou o processo, Naty, toda equipe da CPLA. No fim acabei não citando Shimbo, Tereza
1640 (02:54:51) e Bia, Priscila, que fizeram os processos de cenarização. Priscila, Gleisi, a Romitelli
1641 (02:54:55), que fizeram os processos da desigualdade regional num profundo exercício de trazer o
1642 melhor para a sociedade Paulista. Espero que vocês tenham uma boa volta para casa, seguros e
1643 ajudem a gente nos próximos 5 dias a trazer algo de melhor do que ainda é possível, e estejam
1644 presentes no CONSEMA quando anunciado, para que a gente possa fazer o melhor ZEE possível
1645 que a gente pode entregar, tudo bem? Super obrigado, uma boa noite.

1646
1647 **02:55:24 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado a todos pela presença. Parabéns a CPLA pela
1648 excelente exposição aqui. Muito obrigado a todos. Em nome do Secretário de Infraestrutura e Meio
1649 Ambiente, Fernando Chucre, presidente do CONSEMA, secretário-executivo José Neto, que esteve
1650 aqui conosco, e também do subsecretário de meio ambiente, presidente suplente do CONSEMA
1651 Eduardo Trani, agradeço e declaro encerrados os trabalhos. Muito obrigado, tenha uma ótima noite.